

RELATÓRIO ANUAL



2019



Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

55ª Legislatura (2015-2019) – 4ª Sessão Legislativa Ordinária

Presidente

Rodrigo Maia

(DEM/RJ)

1º Vice-Presidente

Marcos Pereira

(Republicanos/SP)

2º Vice-Presidente

Luciano Bivar

(PSL/PE)

1ª Secretária

Soraya Santos

(PL/RJ)

2º Secretário

Mário Heringer

(PDT/MG)

3º Secretário

Fábio Faria

(PSD/RN)

4º Secretário

André Fufuca

(PP/MA)

Suplentes de Secretários

1º Suplente

Rafel Motta

(PSB/RN)

2º Suplente

Geovania de Sá

(PSDB/SC)

3º Suplente

Isnaldo Bulhões Jr.

(MDB/AL)

4º Suplente

Assis Carvalho

(PT/PI)

Diretor-Geral:

**Sérgio Sampaio Contreiras
de Almeida**

Secretário-Geral da Mesa:

**Leonardo Augusto de Andrade
Barbosa**

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics)

Presidente:

Bosco Saraiva
(Solidariedade/AM)

1º Vice-Presidente:

Otaci Nascimento
(Solidariedade/RR)

2º Vice-Presidente:

Tiago Dimas
(Solidariedade/TO)

3º Vice-Presidente:

Emanuel Pinheiro Neto
(PTB/MT)

Diretoria Legislativa:

Afrísio de Souza Vieira Lima Filho

Departamento de Comissões:

Wagner Soares Padilha

Expediente:

Projeto gráfico e capa:

Jean dos Santos

Texto e edição:

Michelle Portela

Fotos:

Agência Câmara

Ascom/CDEICS

Ascom/Solidariedade

SUMÁRIO

Apresentação.....	5
Membros Titulares.....	7
Membros Suplentes.....	15
Notícias.....	19
Audiências Públicas	61
Seminários	121
Números da Comissão	127
Proposições Aprovadas 2019	129
Lista de Eventos	141
Emendas Orçamentárias	147
Quem somos.....	161

Apresentação

EM BUSCA DA SUSTENTABILIDADE PERDIDA



Mesmo diante deste cenário em constante mudança, acredito que a cada dia a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics) agrega conhecimentos e competências que nos tornam mais capazes de realizar o que sonhamos: fazer um Brasil maior, mais respeitado, mais competitivo e mais seguro para os cidadãos que constroem este país diariamente.

O desafio de presidir esta comissão surgiu no início do meu primeiro mandato parlamentar na Câmara Federal, com a responsabilidade de representar o Solidariedade, meu partido, ao qual agradeço na figura do nosso presidente, Paulinho Pereira. Naquele momento, o Brasil passava por um importante momento político, com um Congresso Nacional renovado e uma população na expectativa das grandes reformas nacionais.

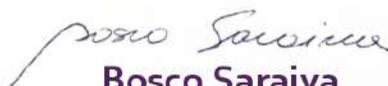
Por efeito, procurei conduzir os trabalhos da Cdeics com a celeridade e o comprometimento necessários para, junto aos demais parlamentares que integram a comissão, impulsionar o redesenho da nossa capacidade de produção e distribuição e redirecionar os investimentos na nossa capacidade de inovar, entre outros fatores.

No Brasil, vivemos um ano de recuperação, ainda com altos índices de desemprego, debates nacionais inflamados por escândalos de corrupção, mas com a certeza da retomada do crescimento. Muitas das medidas tomadas para garantir essa nova perspectiva para o país, os leitores poderão conferir neste documento de prestação de contas.

Reconheço, ainda, que as transformações da nossa sociedade também atingem o mundo do trabalho, o que deverá acelerar a busca por novas formas de relacionamento entre pessoas, empresas e governos. Sei que este cenário de mudanças gera um certo grau de incertezas, mas acredito que iniciamos um novo ciclo de desenvolvimento, no qual, paradoxalmente, a Cdeics será substancialmente diferente nos próximos anos para, acima de tudo, ser cada vez mais propositiva.

Assim, deixo a presidência da Cdeics com a certeza de que contribuímos decisivamente para a retomada do crescimento no Brasil, na direção de um futuro de bem-estar para todos os brasileiros.

Boa leitura!


Bosco Saraiva
Presidente da Cdeics



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E
www.comissao.gov.br

MEMBROS TITULARES



Presidente:

Bosco Saraiva

(Solidariedade/AM)

Natural de Manaus, Bosco Saraiva iniciou a vida política quando era trabalhador do Distrito Industrial e tornou-se militante da oposição sindical metalúrgica nos anos 1980. Nas eleições municipais de 1992 foi eleito pela primeira vez vereador de Manaus, cargo exercido até o ano de 2004, reflexo de três mandatos consecutivos. Neste período esteve na presidência do Poder Legislativo Municipal por duas oportunidades (biênios 1995-1996 e 1997-1998), sendo também vice-prefeito de Manaus durante o biênio 1995-1996.

No exercício da função de vereador, foi nomeado presidente de inúmeras Comissões Permanentes da CMM, com destaque para o cargo de Relator do último Plano Diretor da cidade de Manaus, e participou de três CPI's (Comissão Parlamentar de Inquérito): de Grilagem de Terras, Cartel de Combustíveis, e a do Ressarcimento. Bosco também é o autor da lei da meia-entrada para estudantes em eventos culturais e da lei que instituiu o Imposto Simplificado, conhecido como Simples.

Desde que ingressou na vida pública, Bosco Saraiva trabalha com o objetivo de beneficiar a parcela da população menos assistida pelo poder público, e isso também esteve presente quando assumiu cargos como de Presidente da Empresa Municipal de Urbanização - Urbam (1994/1995), Secretário de Estado de Infraestrutura (2003/2004), e Diretor Presidente de Planejamento Urbano (2009/2010).

No ano de 2012 foi eleito, novamente, vereador da cidade de Manaus, e conduzido pela terceira vez à presidência da Câmara Municipal de Manaus. Foi eleito deputado estadual em 2014, assumindo o mandato em 2015, onde presidiu a Comissão de Cultura.

Em 2017, após a cassação do mandato de governador de José Melo, Bosco foi eleito vice-governador, para cumprir um mandato tampão junto ao governador eleito, Amazonino Mendes, de 1 ano e 5 meses. Ficou à frente da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM), de outubro de 2017 a abril de 2018, deixando a pasta para concorrer às eleições de 2018, sendo eleito para a 55ª legislatura da Câmara Federal.



1º Vice-Presidente:

Otaci Nascimento

(Solidariedade/RR)

Otaci Nascimento, 42 anos, empresário, é natural de Eirunepé/AM. Em 2016, foi eleito vice-prefeito de Alto Alegre/RR e seu trabalho ganhou reconhecimento e visibilidade regional que foram decisivos para a comunidade lançar seu nome à Câmara Federal, elegendo-se deputado federal pelo Solidariedade de Roraima com 11.879 votos. Atualmente, Otaci é o presidente estadual do partido.

No parlamento, é titular da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, Comissão do Orçamento Impositivo, Comissão de Improbidade Administrativa e Comissão de Emendas à Lei Orçamentária Anual.

Em seu primeiro ano de atuação legislativa conseguiu o feito de ter um projeto de lei aprovado. O texto da Lei nº 13.878 - que já foi sancionado pelo presidente da república - estabelece os limites de gastos de campanha para as eleições municipais de 2020. Além deste, o parlamentar apresentou outras 31 proposições, tais como o Projeto de Lei nº 3910/2019 que estabelece isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para as motocicletas adquiridas para utilização em determinadas atividades profissionais; o Projeto de Lei nº 4161/2019 que inclui no rol de Crimes Hediondos o homicídio praticado contra criança ou adolescente, entre outros.

2º Vice-Presidente:

Tiago Dimas

(Solidariedade/TO)



Tiago Dimas faz parte de uma nova geração de jovens empreendedores que assumiu grandes responsabilidades logo cedo, incentivado pelo pai, o engenheiro e prefeito de Araguaína, Ronaldo Dimas. Com ele, Tiago aprendeu a importância de um Deputado Federal para uma cidade quando se tem boas ideias e bons projetos.

Casado, pai e empresário, Tiago nasceu em Uberaba (MG), mas vive em Araguaína há 29 anos. Esteve à frente da articulação de programas de tecnologia para a cidade, atração de investimentos como o Investe Araguaína e fortalecimento de ações como o movimento junino e a implantação do Estágio Remunerado para jovens na prefeitura de Araguaína.

Eleito com 71.842 votos, mais de 10% dos votos válidos do Estado, Tiago Dimas é parlamentar por acreditar que só com força política é possível executar os projetos que mudam a vida das pessoas.



3º Vice-Presidente:

Emanuel Pinheiro Neto

(PTB/MT)

Emanuel Pinheiro Neto é deputado federal pelo Estado do Mato Grosso. Na adolescência, participou ativamente de trabalhos sociais voluntários na igreja, com crianças portadoras de síndrome de down ligadas ou não à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Cuiabá.

Ingressou na vida pública encorajado por diversas lideranças políticas, sociais e, decididamente, pela motivação e apoio dos pais, Emanuel e Márcia Pinheiro. Aos 21 anos, assumiu a presidência do MDB Jovem, em consequência do trabalho que vinha desempenhando.

A vontade de servir ao próximo, somado ao anseio da militância, foram as razões incentivadoras para o parlamentar disputar eleição a deputado federal, obtendo 76.781 votos. Entre as suas principais bandeiras, estão: Pacto Federativo; Lei Kandir; municipalismo; inclusão das disciplinas em noção de direito constitucional e economia no Ensino Médio; humanização na Saúde; reforço nos investimentos em Educação; acessibilidade e alteração do Código Penal para reforçar os direitos da Legítima Defesa, entre outras.



Alexis Fonteyne
(NOVO/SP)



Amaro Neto
(REPUBLICANOS/ES)



Bosco Saraiva
(SOLIDARIEDADE/AM)



Charles Evangelista
(PSL/MG)



Emanuel Pinheiro Neto
(PTB/MT)



Jesus Sérgio
(PDT/AC)



Helder Salomão
(PT/ES)



Hugo Leal
(PSD/RJ)



Lourival Gomes
(PSL/RJ)



Otaci Nascimento
(SOLIDARIEDADE/RR)



Tiago Dimas
(SOLIDARIEDADE/TO)



Vander Loubet
(PT/MS)



Zé Neto
(PT/BA)



MEMBROS SUPLENTE



Celina Leão
(PP/DF)



Efraim Filho
(DEM/PB)



Glaustin Fokus
(PSC/GO)



Guiga Peixoto
(PSL/SP)



Haroldo Cathedral
(PSD/RR)



Joaquim Passarinho
(PSD/PA)



Laercio Oliveira
(PP/SE)



Luiz Nishimori
(PL/PR)



**Luiz Philippe de Orleans e
Bragança**
(PSL/SP)



Vinicius Carvalho
(REPUBLICANOS/SP)



Vitor Lippi
(PSDB/SP)



Augusto Coutinho
(SOLIDARIEDADE/PE)



Aureo Ribeiro
(SOLIDARIEDADE/RJ)



Daniel Almeida
(PCdoB/BA)



Robério Monteiro
(PDT/CE)



Enio Verri
(PT/PR)



José Ricardo
(PT/AM)



NOTÍCIAS

13 de março de 2019

Eleito presidente da Cdeics, Bosco Saraiva é deputado federal pelo Estado do Amazonas



Deputado Bosco Saraiva, presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.

O deputado federal Bosco Saraiva (Solidariedade/AM) foi eleito para presidir a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics), nesta quarta-feira (13). O parlamentar pelo Estado do Amazonas assumiu como bandeira a retomada do crescimento econômico do Brasil e o apoio irrestrito aos programas de incentivo ao empreendedorismo no país.

Vice-Presidência

Assumi como 1º Vice-Presidente o deputado federal Otaci Nascimento, eleito pelo Estado de Roraima. Tiago Dimas, parlamentar pelo Tocantins, assumiu como 2º Vice-Presidente. Ambos são do Solidariedade. Também foi eleito, como 3º Vice-Presidente, o deputado Emanuel Pinheiro Neto, do PTB, pelo Estado do Mato Grosso.

O que faz a comissão

Entre as atribuições da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics), estão discutir e votar propostas sobre a ordem econômica nacional; a atividade industrial, comercial, agrícola e serviços do setor econômico terciário; políticas de importação e exportação; atividade econômica estatal, entre outras.

04 de abril de 2019

Deputados criam estratégias para aumentar a competitividade do Brasil

Deputados federais aprovaram a criação de grupos de trabalho sobre o perfil competitivo do Brasil e a construção civil no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics) da Câmara dos Deputados. A decisão ocorreu durante reunião nesta quarta-feira (03), em Brasília.



Ascom/Cdeics

Reunião Deliberativa Ordinária – CDEICS

Inicialmente, a solicitação do deputado Zé Neto (PT/BA) previa a criação de uma subcomissão permanente, modificada para grupo de trabalho. A proposta é tratar

da cadeia produtiva da indústria da construção civil incluindo construção, incorporação, venda e aluguel de imóveis.

“Prevalece à crise na construção civil, com a suspensão dos financiamentos e atrasos nas obras do Minha Casa, Minha Vida. Precisamos chamar todos os setores para tratar desse cenário que é dos mais preocupantes no país”, disse Zé Neto.

Já o deputado Vitor Lippi (PSDB/SP) propôs a criação de um grupo de trabalho para avaliar a competitividade do Brasil diante do mercado mundial. Para o presidente da Cdeics, a criação dos espaços de debate pode gerar medidas que impulsionem diferentes setores da economia. “Queremos envolver os representantes de entidades e a sociedade na discussão de estratégias para a criação de emprego e renda no país”.

24 de abril de 2019

CDEICS aprova projeto que modifica enquadramento de empresas de grande porte

Deputados federais reunidos na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) da Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira (24), aprovaram o projeto de lei que reenquadra empresas de grande porte aquelas que tenham mais de R\$ 440 mi em ativos total ou receita bruta anual superior a R\$ 550 mi. Também foi aprovada a garantia de compra de calçados em modalidade especial a pessoas com deficiência. Ambos os projetos seguem para tramitação em outras comissões.



O Projeto de Lei (PL) nº 8.886, de 2017, que altera o enquadramento de sociedades de grande porte a empresas que movimentem mais de R\$ 440 mi, em ativo total anual, contra os R\$ 240 atuais, foi proposto pelo deputado Fábio Ramalho (MDB/MG). O projeto segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC).

Para o relator Joaquim Passarinho (PSD/PA), que deu parecer favorável à aprovação do PL, a ampliação do teto não ocorre há dez anos e significa uma atualização dessa

classificação. “É uma correção de valores pertinente ao atual cenário econômico brasileiro, além de bem estruturado”, ressaltou.

Passarinho também foi o relator do Projeto de Lei nº 7.246/2014, de autoria de Pedro Uczai (PT/SC), que garante a pessoas amputadas, ou com deficiência nos membros inferiores, o direito de comprar unidades de calçados direto do fabricante – sem a obrigatoriedade de adquirir o par -, prioritariamente por meio digital. A nova legislação, que segue para a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, prevê adaptação ao setor produtivo de calçados.

“No Brasil, há mais de 45 milhões de pessoas com deficiência, que representam 24% da população brasileira. Então, acredito que essa mudança reduz as diferenças na nossa sociedade e garantimos mais dignidade a estas pessoas”, disse o relator em sua defesa pela aprovação do projeto.

30 de maio de 2019

Aprovado na Cdeics projeto de lei que proíbe coleira de choque para cachorros

O Projeto de Lei n. 1.113/2019, que proíbe a comercialização e uso de coleiras que causem choques em animais, foi aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics) da Câmara dos Deputados, na reunião desta quarta-feira (29). O projeto segue para análise nas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Relator do projeto, Emanuel Pinheiro Neto quer a proibição de maus-tratos a animais.

O projeto, de autoria do deputado federal Célio Studart (PV/Ceará), pede que as coleiras que causem choques nos animais, para evitar latidos, sejam banidas do território nacional. Na justificativa, Studart argumenta que a medida significaria um avanço nas políticas públicas para animais no Brasil, tendo em vista que almeja evitar o uso de métodos ultrapassados e cruéis, que causam dor e sofrimento aos animais.

Favorável à aprovação do projeto, o relator Emanuel Pinheiro Neto (PTB), defendeu que a proibição da comercialização do produto causará mais benefícios sociais do que prejuízos comerciais. “A utilização de coleiras que promovem choques e sofrimento nos

animais, com a finalidade de induzi-lo a comportamentos específicos, a nosso ver, é prática cruel que deve ser repudiada pelo ordenamento jurídico”, disse.



O relator citou o artigo 225 da Constituição Federal, que prevê o direito “à sadia qualidade de vida, impondo ao Estado, assim como a sociedade o respeito à vida e a integridade física dos animais, além de proibir expressamente a qualquer crueldade”. Neto também registrou que a Lei Federal nº. 9.605 de 1998, em seu art. 32, criminaliza a conduta daqueles que abusam, ferem, maltratam ou mutilam animais.

Para o presidente da Cdeics, Bosco Saraiva (Solidariedade/AM), a proposta prioriza o bem-estar animal. “Há uma expectativa da sociedade quanto aos avanços na legislação que garantam a proteção e o bem-estar animal. É uma discussão bastante atual e que interessa a pessoas de todo o país”, ressalta.

22 de agosto de 2019

Comissão aprova redução de impostos para micro e pequena empresa que contratarem mais empregados

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços aprovou proposta que reduz pela metade o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) devidos por micro e pequenas empresas que contratarem mais empregados.



Cleia Viana/ Câmara dos Deputados

Deputado Glaustin Fokus, relator do projeto.

O texto foi aprovado na forma de substitutivo apresentado pelo relator, deputado Glaustin Fokus (PSC-GO), ao Projeto de Lei Complementar 97/2019. A versão original tratava de benefícios fiscais para os setores industrial e de bens e serviços, e o relator decidiu estender a medida para o setor comercial.

“O projeto cria um engenhoso mecanismo de incentivar aquelas empresas de pequeno porte que sejam responsáveis por mais empregos ou que preservem seus contratados em uma conjuntura desfavorável”, disse Glaustin Fokus.

Indústrias

Na atividade industrial, a redução nas alíquotas valerá para a microempresa que tiver contratado, nos 12 meses anteriores à apuração do tributo, acima de 10 empregados. Para pequena empresa, mais de 60 trabalhadores.

Na prestação de serviços, a regra será aplicada à metade dos contingentes (mais de 5 e de 30 trabalhadores, respectivamente). No comércio, o relator definiu como critério mais de 4 contratações pelas microempresas e mais de 40 nas pequenas.

A proposta aprovada altera as regras do Simples Nacional (Lei Complementar 123/06). Para o autor, deputado Pinheirinho (PP-MG), a forma mais eficaz e rápida de melhorar o atual cenário econômico é estimular a contratação de trabalhadores.

Tramitação

A proposta ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição, Justiça e de Cidadania. Depois seguirá para o Plenário.

Fonte: Agência Câmara Notícias

22 de agosto 2019

Comissão aprova estímulo a beneficiamento de produção da agricultura familiar

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (21) o Projeto de Lei 10066/18, que institui o Programa de Fomento e de Desenvolvimento da Pequena Agroindústria Familiar e Pesqueira (Propagro).

O programa visa estimular o beneficiamento e a industrialização da produção realizada pelos agricultores familiares, suas associações e cooperativas, agregando valor à atividade. O projeto traz mecanismos para incentivar a venda dos produtos beneficiados para programas do governo federal.

Apresentada pelo deputado Pedro Uczai (PT-SC), a proposta recebeu parecer favorável do relator, deputado Zé Neto (PT-BA).



Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Zé Neto: o projeto agrega valor a um segmento de grande importância econômica e social

Metas

O Propagro será gerido pelo governo, que coordenará a elaboração de planos plurianuais e estabelecerá as metas anuais a serem alcançadas. O texto assegura a participação das entidades de representação da agricultura familiar de caráter nacional na elaboração dos planos.

A cada ano, os planos safras da agricultura familiar definirão o montante dos recursos do Pronaf a serem destinados ao Propagro e a quantidade de produtos a ser adquirida pelos programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e de Alimentação Escolar (PNAE).

O governo estabelecerá também as bases e as condições dos financiamentos do Propagro, ficando asseguradas condições diferenciadas para os assentados em projetos de reforma agrária, comunidades extrativistas e tradicionais.

O relator elogiou o projeto. “É uma iniciativa de amplo alcance social e capaz de dinamizar um segmento de peso econômico significativo na geração de renda e emprego, com alto impacto distributivo”, disse Zé Neto.

Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e será examinada agora pelas comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara Notícias

23 de setembro 2019

Projeto de lei vincula metas de segurança do trabalho à participação nos lucros

O projeto de lei 2.683/2019, que vincula metas de desempenho de ações em prevenção de acidentes à Participação dos Lucros e Resultados (PLR), foi aprovado nesta quarta-feira (18), na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics) da Câmara dos Deputados.



De acordo com o texto do projeto, de autoria do deputado federal Ubiratan Sanderson (PSL/RS), a nova legislação altera a Lei n. 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para permitir a aplicação de metas vinculadas ao desempenho de ações em prevenção de acidentes como critério ou condição para fixação dos direitos relativos à participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas.

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Para o relator da proposta, Laercio Oliveira (PP/SE), a alteração da legislação original é importante para regulamentar a possibilidade de estabelecimento de metas de Segurança e Saúde do Trabalho (SST), para fins de participação nos lucros, vinculadas ao desempenho de ações em prevenção de acidentes.

“As participações nos lucros e resultados têm buscado maior integração entre o capital e o trabalho através de medidas didáticas aplicadas a todos, gerando, em especial, o sentimento de comprometimento e inclusão do trabalhador no negócio do empregador”, explicou o relator em seu voto.

“Dessa maneira, a inclusão de indicadores à PLR referentes a saúde e segurança no trabalho, gera maior comprometimento dos colaboradores na utilização de boas práticas advindas de treinamentos, e, com isso, o fornecimento de equipamentos de proteção individual pelo empregador, buscará justamente melhorar ainda mais essa condição”, finaliza Laercio Oliveira.

Para o presidente da Cdeics, Bosco Saraiva (Solidariedade/AM), essa medida é mais um fator de combate à subnotificação de acidentes de trabalho. “Isso porque a medida abrange as mais diversas ações que tenham por objetivo primordial a promoção de um ambiente de trabalho mais seguro. É um avanço, também, porque os lucros devem ser provenientes de um trabalho bem feito, estruturado e sem risco à saúde e segurança do trabalhador”.

26 de setembro de 2019

Cdeics aprova a criação da Semana Global do Empreendedorismo

A Câmara dos Deputados começou a analisar, nesta quarta-feira (25), a implantação no calendário nacional da Semana Global do Empreendedorismo. Encaminhado pelo Senado à Câmara Federal, o Projeto de lei n. 2435/2019 foi aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics) e agora segue para apreciação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). De acordo com o texto do projeto, a Semana Global de Empreendedorismo será realizada anualmente na terceira semana do mês de novembro.

“Providencial iniciativa do Senado federal ao propor à Câmara para estimular a troca de conhecimentos e informações no mercado nacional”, explica o presidente da Cdeics, Bosco Saraiva (Solidariedade/AM).



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Projeto

O objetivo do projeto encaminhado pelo Senado à Câmara Federal, por iniciativa do senador José Agripino, é a promoção, em todo o país, de seminários, palestras, debates e outras atividades para disseminar e estimular a cultura empreendedora. A

Semana servirá também para a divulgação de políticas públicas que promovam melhorias no ambiente empreendedor, além do apoio às entidades dedicadas ao empreendedorismo.

Dados do Serviço de Apoio às Pequenas e Micro Empresas (Sebrae), mostram que, todos os anos, cerca de 600 mil empreendimentos são abertos no país. Outra pesquisa, a Global Entrepreneurship Monitor (GEM) mostra que o Brasil ocupa a primeira posição no que se refere à abertura de novos empreendimentos em todo o mundo.

03 de outubro 2019

Projeto de lei prevê rádio FM obrigatório nos celulares brasileiros

Os aparelhos de telefonia celular que são fabricados ou montados no Brasil deverão conter a funcionalidade de recepção de sinais de radiodifusão sonora em Frequência Modulada – FM. O projeto de lei que prevê a obrigatoriedade foi aprovado nesta quarta-feira (02), na Comissão de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics) da Câmara dos Deputados. A proposta ainda depende de aprovação no Senado Federal para começar a vigorar.



O projeto de lei 8.438/2017 é de autoria do deputado federal Sandro Alex (PSD-PR), e modifica o cenário atual de fabricação ou montagem de smartphones, uma vez que a função de recepção de rádio é facultada às fabricantes. Pela nova legislação, o recurso deverá ser compatível com o padrão brasileiro.

Em sua justificativa, o deputado Sandro Alex defende que aproximadamente 97% dos celulares produzidos no mundo possuem receptor de rádio FM, embora apenas 34% possuam o recurso ativado. “O usuário precisa adquirir um pacote de dados para ter acesso às transmissões via streaming, on line, ou por aplicativos. Por isso, a habilitação da liberação do FM é uma tendência mundial, e seria de grande valia aos brasileiros, especialmente, aqueles que moram em lugares de difícil acesso”, explica.

Para o presidente da Cdeics, Bosco Saraiva (Solidariedade/AM), a proposta amplia a importância dos serviços de rádiodifusão no Brasil. “O rádio cumpre papel fundamental na divulgação de informações relevantes à sociedade, especialmente, em casos de emergência, catástrofe e calamidade pública. Além disso, ainda é a única ou melhor forma de informação de uma parcela significativa da população”, ressaltou.

Debate

O projeto motivou um extenso debate entre os deputados. O relator da proposta, deputado Amaro Neto (Republicanos/ES), defendeu a obrigatoriedade para ampliar o acesso da população à informação. “Não é razoável que as empresas de telefonia e a indústria de aparelhos celulares não possibilitem a recepção das transmissões por motivações comerciais, em prejuízo da segurança pública e dos consumidores, que ficam impedidos de acesso móvel a relevante serviço público de comunicação”, explicou.

A interpretação foi acompanhada pelo demais deputados. “Nós precisamos, evidentemente, avançar no que a Abert – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – vem reclamando que é colocar no celular o sinal de rádio, ou seja, passar a ouvir diretamente no celular o sinal de rádio, assim teríamos condições de ampliar ainda mais esse serviço importante que atende a toda comunidade”, afirmou o parlamentar.

De acordo com dados mencionados pelo deputado, na região Nordeste 83% das pessoas são ouvintes de rádio, e o tempo de consumo médio é de 4h30min por dia. Na Sudeste os números se repetem. Já na região do Centro-Oeste 81% das pessoas

ouvem rádio. “Temos que fazer com que nossas comunidades tenham, no celular, a condição de ouvir a rádio FM, seria uma grande conquista para todo o rádio brasileiro”, destacou Zé Neto.

Tramitação

O projeto de lei já foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) e, após a aprovação na Cdeics, será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados. Se passar pela CCJC, o projeto será encaminhado para análise no Senado Federal.

Caso seja aprovado pelo Senado, o Poder Executivo terá 60 dias para regulamentar o cronograma de implementação desta funcionalidade, a partir da data de publicação da nova legislação.



04 de novembro 2019

Comissão aprova projeto que simplifica legalização das startups

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços aprovou o Projeto de Lei Complementar 462/17, que simplifica a legalização de empresas. O texto altera a Lei do Simples Nacional.

A proposta foi aprovada na forma do substitutivo apresentado pelo relator, deputado Alexis Fonteyne (Novo-SP), ao texto do original do ex-deputado Otávio Leite, que criava o Inova Simples, um regime tributário especial com objetivo de flexibilizar as regras para empresas que trabalham com inovação, como as startups.



Vinicius Laures/Câmara dos Deputados

Alexis Fonteyne: proposta vai favorecer um ambiente de negócios sem burocracia

Na opinião de Alexis Fonteyne, a versão original esbarra nas restrições legais relativas a benefícios de natureza fiscal cuja previsão orçamentária não está explícita, enquadrando-se nas vedações da Lei de Responsabilidade Fiscal. Já o substitutivo apenas simplifica a legalização de empresas, visando à criação de um ambiente de negócios sem burocracia.

“A melhor política econômica é a desburocratização e a garantia para que pequenos empresários possam empreender e gerar riqueza”, disse o relator. “O arcabouço jurídico deve garantir o direito de empreender àqueles que desejam fazê-lo”, continuou.

“A despeito da importância da inovação para o desenvolvimento tecnológico do País e da necessidade de fomentar o setor, entendo que ampliar as distorções tributárias para tal fim não vai de encontro à boa prática e podem aumentar a ineficiência da economia brasileira”, concluiu Alexis Fonteyne.

Tramitação

A proposta ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados. Depois, seguirá para o Plenário.



Fonte: Agência Câmara Notícias

07 de novembro de 2019

PPB's da Suframa podem ganhar limite de prazo para análise

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics) da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (30), o projeto de lei nº 1077/2019 que estabelece prazo máximo para análise de proposta de um Processo Produtivo Básico (PPB), que afeta diretamente a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). O projeto segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).



Jeremias Alves/Ascom Solidariedade

Reunião Ordinária Deliberativa – CDEICS

De autoria do deputado federal Alberto Neto (PRB), o projeto estabelece o prazo de 120 dias para a aprovação de um PPB junto ao Grupo Técnico Interministerial (GT-PPB) que analisa os documentos dos proponentes, conforme a já vigente proposta conjunta dos Ministérios da Economia (ME), da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), além da Suframa.

O projeto de lei avança ao estabelecer consequências em face do não cumprimento do prazo pelo GT-PPB. Pela nova legislação, esgotado esse prazo, a empresa titular do projeto de fabricação poderá requerer à Suframa a definição de um PPB provisório, que será fixado em até sessenta dias pelo Conselho de Administração da Suframa (CAS).

“O projeto é bom para o desenvolvimento econômico da Amazônia e da Região Norte. É preciso entender que a Zona Franca de Manaus protege a floresta e mantém milhares de empregos em todo o país”, ressaltou Alberto Neto, na defesa pela aprovação da matéria.

O parlamentar ganhou apoio de outros deputados do Amazonas. “Temos que superar a ideia de que a Zona Franca possui meros processos de montagens. Processos produtivos são processos fabris complexos”, explicou Zé Ricardo (PT/AM).



Zé Ricardo afirma que PPB's devem ser priorizados pelo governo federal

Segundo o presidente da Cdeics, Bosco Saraiva, a tramitação da matéria foi priorizada na pauta da Cdeics. “Temos que fortalecer todos os protocolos e dar celeridade para a Zona Franca de Manaus, de modo a oferecer garantias jurídicas a quem investe, às indústrias que precisam expandir e aos trabalhadores. Dessa forma, dando maior confiança à população do Amazonas e da Amazônia”, finalizou.

Além da Cdeics, o projeto já foi aprovado na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (Cindra), e agora segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), para análise e votação.

11 de novembro 2019

Comissão aprova extensão de benefício fiscal para montadora instalada fora do eixo Sul-Sudeste

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços aprovou nesta quarta-feira (6) projeto que estende de 2020 para 2025 o prazo para que montadoras instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste contem com o crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre os veículos produzidos. A proposta PL 1132/19 foi apresentada pelo deputado Glaustin Fokus (PSC-GO) e recebeu parecer favorável do relator na comissão, deputado Tiago Dimas (Solidariedade-TO). O



Will Shutter/Câmara dos Deputados

Dimas: a medida beneficiará a atividade econômica em regiões com industrialização crescente

projeto altera a Lei 9.826/99, que trata de incentivos fiscais para montadoras de veículos que se instalaram fora do eixo Sul-Sudeste.

“A prorrogação do benefício será um instrumento de consolidação de uma trajetória já vitoriosa da indústria automotiva das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste”, disse Dimas. “Também funcionará como um instrumento para atenuar as dificuldades conjunturais da economia brasileira em benefício da atividade econômica de suas regiões mais carentes.”



O crédito presumido é um desconto de 32% sobre o IPI devido. Esse valor “economizado” deve ser usado no pagamento das contribuições à seguridade social (PIS e Cofins). O benefício fiscal é condicionado à realização de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica na região.

Tramitação

O projeto será analisado agora, em caráter conclusivo, pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Indústria automotiva: PL de Glaustin passa por segunda comissão na Câmara

Fonte: Agência Câmara Notícias

11 de novembro 2019

Deputados aprovam cota de 20% de vigilantes femininas em sistema bancário

O Projeto de Lei nº 1514/2019, que dispõe sobre um percentual mínimo de 20% no número de vigilantes do sexo feminino no sistema bancário, foi aprovado por unanimidade na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics) da Câmara dos Deputados.



Jeremias Alves/Ascom Solidariedade

CDEICS aprova projeto que prevê cota na vigilância bancária

O projeto, de autoria do deputado federal Júlio César Ribeiro (PRB/DF), foi votado na reunião do último dia 30 de outubro e agora segue para discussão na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC). Ele altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, a chamada Lei de Segurança Bancária, para incluir a obrigatoriedade de um percentual mínimo de mulheres nos quadros de vigilantes.

Para o autor, a segurança privada e de vigilância é um dos mais lucrativos segmentos da economia do país, no qual a predominância de seguranças do sexo masculino reforça preconceitos quanto a gênero. “Ainda existe uma imagem de que esse segmento está atrelado à figura masculina, onde persiste uma hierarquia de gênero, avaliando que a presença feminina pode fragilizar alguns postos de trabalho”, explica Ribeiro.

O relator do projeto, Amaro Neto (Republicanos/ES), defendeu a instituição da cota como forma de incentivar a entrada de mulheres no mercado de trabalho, além de dar garantias de atendimento adequado aos usuários do sistema bancário.



Acervo/CD

Dep. Federal Amaro Neto

“No caso específico do segmento dos vigilantes, há uma tradicional restrição ao acesso feminino, pela falsa concepção de fragilidade e despreparo para a atividade fim. Não há nada, no entanto, que objetivamente aponte para uma desvantagem do sexo feminino para atuar no setor”, finaliza Amaro Neto.

12 de novembro 2019

Cdeics destina emendas parlamentares para áreas estratégicas na geração de emprego e renda

Jeremias Alves/Ascom Solidariedade



Cdeics aprova emendas ao PPA e à LOA 2020

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics) da Câmara dos Deputados aprovou a destinação de R\$ 578,2 milhões em emendas parlamentares na Lei Orçamentária Anual (LOA) e R\$ 16,8 bilhões do Plano Plurianual 2020/2023 (PPA) para investimentos nas áreas de desenvolvimento industrial, promoção do desenvolvimento das micro e pequenas empresas, incentivo ao microempreendedor individual, artesanato, além da criação de Zonas de Processamento e Exportação e o desenvolvimento de pesquisa da biodiversidade na Amazônia.

De acordo com o deputado federal e presidente da Cdeics, Bosco Saraiva (Solidariedade/AM), as emendas foram aprovadas no plenário da Comissão, com participação de todos os parlamentares que integram a Cdeics.

“São medidas que impactam diretamente a vida da população brasileira. Discutimos as viabilidades e áreas estratégicas e buscamos encontrar um caminho comum de estímulo à inclusão social, à inovação e ao empreendedorismo, por isso investimentos em áreas como biotecnologia e a criação de Zonas de Exportação, por exemplo”, explica o parlamentar.



Pres. Cdeics e Dep. Federal Bosco Saraiva

LOA

Como presidente, Bosco Saraiva destinou R\$ 200 milhões para o desenvolvimento de micro e pequenas empresas no Brasil, de microempreendedores individuais, potencial empreendedor e artesanato. A proposta tem o deputado federal Tiago Dimas (Solidariedade/TO) como coautor e ganhou a adesão do petista Zé Ricardo, também do Amazonas.

Já os deputados Zé Neto, Laércio Oliveira e Otaci Nascimento compartilham a indicação de R\$ 262,2 milhões para o Ministério da Economia aplicar em desenvolvimento industrial e melhoria do ambiente de negócios e da produtividade.



Dep. Federal: Vitor Lippi

O deputado Vitor Lippi (PSDB/SP) optou por destinar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o valor de R\$ 16 milhões para que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) invista em pesquisa e inovação agropecuária.

Além disso, a instalação e operação de Zonas de Processamento e Exportação (ZPE) pelo setor de Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas do Ministério da Economia receberá R\$ 100 milhões por indicação do deputado Thiago Dimas.

PPA

O deputado Zé Ricardo dedicou duas emendas do PPA 2020/2023 para programas de desenvolvimento regional, com incentivo à aquicultura – no valor de R\$ 10,8 bilhões – e apoio à Ciência e Tecnologia, para investimentos de R\$ 6 bilhões em pesquisa da biodiversidade amazônica.



Dep. Federal: Zé Ricardo

12 de novembro 2019

Projeto cria cadastro para compradores de ácidos que causam queimaduras

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics) da Câmara dos Deputados aprovou a obrigatoriedade de identificação do comprador de ácidos em estabelecimentos comerciais em todo o território nacional. A expectativa é que a nova legislação dificulte o uso desse material em casos de violência, sobretudo, contra mulheres.

De acordo com o texto do Projeto de Lei 3372/19, de autoria do deputado federal Igor Kannário, os ácidos clorídrico (muriático), nítrico, fosfórico e sulfúrico passariam a ter venda controlada. Com isso, o comprador deverá apresentar, no momento da compra, documento oficial de identificação e comprovante de residência.

Em sua justificativa, o relator argumentou que a implementação da nova legislação dá garantias de controle de venda do produto, além de dificultar crimes cometidos com o uso de ácidos. Ele cita o caso de uma vítima de feminicídio, em Brasília, que morreu em abril deste ano. Ela foi atingida por ácido atirado pelo ex-marido.

“O estabelecimento comercial ficará responsável em proceder com o registro das pessoas físicas que adquirirem substância químicas como ácido, podendo responder com multa pecuniária ou até mesmo com perda do alvará de funcionamento, se descumprida a Lei”, ressaltou Igor Kannário.

No caso de descumprimento das regras, o projeto prevê que o estabelecimento será multado em até 50 salários-mínimos e poderá ter o alvará de funcionamento suspenso por até seis meses. Em caso de reincidência, poderá ter o alvará cassado.

O relator do projeto, deputado Emanuel Pinheiro Neto (PTB-MT), votou pela aprovação da matéria. “A identificação do comprador de substâncias cáusticas, corrosivas e tóxicas se torna imprescindível devido ao fácil acesso, baixo custo e periculosidade, o que mostra a necessidade de regulamentação e controle na compra de líquidos corrosivos”, disse.



Emanuel Pinheiro Neto defende cadastramento de compradores de ácidos que causem queimaduras

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

20 de novembro 2019

Cdeics aprova plano de recuperação judicial para micro e pequenas empresas

O Projeto de Lei Complementar n. 477/2018, que facilita a recuperação judicial das micro e pequenas empresas, foi aprovado nesta quarta-feira (20/11), no plenário da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics) da Câmara dos Deputados.

A matéria foi encaminhada à Cdeics pelo Senado (PLS 285/2011), onde tramitou como pauta prioritária sobre microeconomia da Casa. De autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI), o projeto revoga o artigo 191-A da Lei 5.172/1966 (Código Tributário Nacional) e altera o artigo 57 e 71 da Lei 11.101/2005, para deixar de exigir certidões negativas de débitos tributários e facilitar a recuperação judicial das microempresas e empresas de pequeno porte.



Reunião Deliberativa Ordinária – CDEICS

Jeremias Alves/Ascom/Solidariedade

De acordo com o presidente da Cdeics, Bosco Saraiva (Solidariedade/AM), a medida também foi priorizada na comissão. “Com a nova legislação, cerca de 16 milhões de micro e pequenas empresas serão beneficiadas com maior segurança jurídica e financeira, fator que, acreditamos, contribui para estabilizar a economia brasileira”, ressaltou.

Medidas

O projeto, relatado pelo deputado Helder Salomão (PT/ES), estabelece que, independentemente do pagamento imediato de dívidas com a Fazenda Pública ou de obtenção de suspensão de exigibilidade de créditos, as microempresas e empresas de pequeno porte poderão valer-se da recuperação judicial, mantendo a sua atividade produtiva. Atualmente, a concessão de recuperação judicial depende da apresentação de certidão de regularidade fiscal.



Helder Salomão é o relator do projeto que normatiza a recuperação judicial de empresas

A dispensa de certidão de regularidade fiscal, porém, não significa perdão de dívidas com a Fazenda Pública, uma vez que a empresa devedora permanece obrigada a arcar com débitos junto ao Estado.

Além disso, será ampliada de 36 para até 48 meses o número máximo de prestações possíveis para o parcelamento previsto no plano especial de recuperação judicial de microempresas e empresas de pequeno porte e a taxa limite a ser cobrada será fixada em 6% a.a, conforme prevê a emenda apresentada pelo relator.

21 de novembro de 2019

Comissão proíbe exclusão do Refis de empresa adimplente e com baixa prestação

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços aprovou nesta quarta-feira (20) proposta que proíbe a exclusão de empresas adimplentes e de boa-fé do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) quando as parcelas mensais de pagamento forem inferiores a 1/180 do valor total da dívida renegociada.



Vinícius Loures/Câmara dos Deputados

Orleans e Bragança recomendou a aprovação da mudança feita no Senado

O texto aprovado é uma emenda do Senado ao Projeto de Lei 2281/15. A proposta é de autoria do ex-deputado Jutahy Junior (BA) e foi aprovada na Câmara no ano passado. Submetido ao Senado, o texto foi aprovado com uma emenda, que retornou para análise final dos deputados - com uma nova numeração (PL 5317/19).

A emenda também estabelece que ato do Poder Executivo poderá definir outros critérios que impeçam a exclusão de pessoas jurídicas devedoras do Refis. Instituído pela Lei 9.964/00, o Refis buscou regularizar a situação de empresas que tinham dívidas tributárias com a União até fevereiro de 2000.

Mudança

O texto da Câmara proibia a exclusão do Refis de empresas com parcelas de baixo valor, consideradas insuficientes para amortizar a dívida com a União. O Senado optou por especificar o valor da parcela (1/180 do valor total da dívida assumida).

As mudanças feitas no projeto pelo Senado foram relatadas pelo deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP), que apresentou parecer favorável. "A pessoa jurídica que esteja adimplente e norteadada pela boa-fé mediante recolhimento de parcelas mensais calculadas com base em seu faturamento não pode ser penalizada pelo valor eventualmente baixo de cada prestação", disse.

"Trata-se de possibilidade decorrente das próprias disposições do programa de recuperação fiscal", concluiu Orleans e Bragança.

Tramitação

A emenda do Senado será analisada agora pelas comissões de Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Depois seguirá para o Plenário da Câmara.

Fonte: Agência Câmara Notícias

12 de dezembro 2019

Desenvolvimento Econômico aprova cláusula de sigilo em contratos de trabalho

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços aprovou nesta quarta-feira (11) projeto que institui cláusula de sigilo nos contratos de trabalho de empregados com acesso a informações estratégicas da empresa.



Amaro Neto: "Cláusula inibe a concorrência desleal e o assédio predatório à mão-de-obra especializada"

Trata-se do Projeto de Lei 4030/19, do deputado Carlos Bezerra (MDB-MT), que recebeu parecer favorável do relator, deputado Amaro Neto (Republicanos-ES). A proposta altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A cláusula de sigilo - ou de "não concorrência", como é mais conhecida na legislação - é um mecanismo contratual pelo qual um empregado se compromete a não trabalhar em um concorrente por um período de tempo, após o desligamento da empresa. É similar à quarentena no serviço público.

Conforme o texto aprovado, cláusula de não concorrência será estabelecida por escrito e com vigência máxima de dois anos após a rescisão do contrato de trabalho. O documento deverá descrever as atividades e o ramo econômico em que o trabalhador está impedido de atuar em outra empresa.

Indenização

Durante a quarentena, o trabalhador terá direito ao pagamento de indenização mensal correspondente a, no mínimo, o valor do último salário recebido. A indenização será cancelada se ele se empregar em um ramo não proibido pelo contrato.

O texto estabelece também que a violação da cláusula pelo trabalhador acarreta a restituição em dobro das parcelas pagas, além de indenização por perdas e danos e responsabilização criminal.

Amaro Neto elogiou a proposta do deputado Carlos Bezerra. “A existência de uma cláusula de sigilo, protetiva ao empregador e ao seu negócio, e indenizatória ao empregado, inibe a concorrência desleal e o assédio predatório à mão-de-obra especializada”, disse.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado agora pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara Notícias

29 de janeiro de 2020

Presidente da Cdeics apresenta balanço das atividades em 2019

Política industrial, desburocratização, Zona Franca de Manaus (ZFM) e combate a maus-tratos de animais foram alguns dos temas discutidos na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics) da Câmara dos Deputados em 2019. No total, a comissão teve 65 proposições legislativas aprovadas durante o ano passado, além de 27 audiências públicas e três seminários nacionais.



Jeremias Alves/Ascom Solidariedade

Presidente apresenta o balanço dos trabalhos da Comissão

Para o presidente da Cdeics, Bosco Saraiva (Solidariedade/AM), as atividades da comissão foram marcadas pela pluralidade dos projetos de lei apreciados em reuniões deliberativas, que trarão resultados imediatos à população caso passem a vigorar. “São medidas que modernizam e simplificam o ambiente de negócios brasileiro, favorecendo tanto trabalhadores quanto empreendedores”, disse.

Entre os destaques, Saraiva ressaltou o substitutivo ao Inova Simples (PLC n. 462/2017), que ampliou os benefícios concedidos a micro e pequenas empresas de inovação e startups para moradores de áreas não regularizadas, como favelas. Também voltado para o incentivo ao empreendedorismo, a Cdeics aprovou o PL n. 189/2019, que cria o Programa Empresa Cidadã, para ampliar a estabilidade provisória gestacional.



“Aprovamos um conjunto de projetos voltados para o incentivo ao empreendedorismo, e não apenas para os mais jovens. Também fortalecemos os caminhos para a desburocratização e para a criação de novas empresas, que podem impactar o mercado com a abertura de novos postos de trabalho”, disse.

Além disso, uma das proposições de maior repercussão foi o PL n. 1113/2019, que determina a proibição de comercialização e uso de coleiras que causem choques em animais. “Inaceitável precisar legislar sobre isso, uma vez que a questão do direito

animal encontra largo amparo na sociedade brasileira”, explica Saraiva.

Audiências

Entre as audiências públicas de maior destaque, estão os debates sobre eSocial, que trouxe à Câmara dos Deputados representantes do Ministério da Economia para apresentar medidas emergenciais de modernização e simplificação do sistema, uma demanda do empresariado brasileiro.

Já a audiência sobre o Sínodo da Amazônia e a relevância da Zona Franca de Manaus para a manutenção da floresta amazônica trouxe à Câmara Federal diversos parlamentares do Amazonas, como o vereador Elias Emmanuel (PSDB), os deputados estaduais Serafim Corrêa (PSB) e Dermilson Chagas (PP).



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

15 de abril 2019

Brasil precisa superar entraves burocráticos, dizem especialistas em audiência pública da Cdeics

Entraves para a economia brasileira, participação em acordos de cooperação internacionais e competitividade no mercado internacional foram tema de audiência pública realizada, na manhã desta quinta-feira (11), pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics) da Câmara dos Deputados.



Jeremias Alves/Ascom Solidariedade

Convidados expõem os entraves do Comércio Exterior do Brasil

Presidindo a audiência, o deputado federal Zé Neto (PT/BA), que propôs a realização do evento, ressaltou a importância da abertura da Cdeics à sociedade para a discussão de temas de interesse nacional. “Nós temos o compromisso de reunir representantes da sociedade e do governo federal, além de outras referências, para travar um debate que contemple a complexidade da economia brasileira”, disse.

De acordo com o presidente da Cdeics, Bosco Saraiva (Solidariedade/AM), a realização de audiências permite à sociedade expor as suas demandas aos representantes legislativos. “Se garantirmos a participação social e do setor

produtivo, enriquecemos o debate e temos mais capacidade de formular políticas públicas de alto impacto”, ressalta.

Debate

Entre os convidados, o superintendente da Zona Franca de Manaus, Alfredo Alexandre de Menezes Júnior, apresentou resultados da ZFM e confirmou a cooperação de Israel anunciada durante visita da comitiva presidencial brasileira àquele país. “Teremos um grupo de pesquisadores visitando a região nos próximos dias”, disse Menezes.



Jeremias Alves/Ascom
Solidariedade

Superintendente da SUFRAMA, Alfredo Alexandre de Menezes Júnior

José Velloso Dias Cardoso, presidente executivo da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), ressaltou o caráter burocrático da administração brasileira, além das contradições no sistema tarifário. “Precisamos aumentar o prazo de pagamento de imposto. Compatibilizar períodos entre a fonte pagadora e o recolhimento de impostos”, disse.

Daniel da Silva Antunes, gerente de Relações Governamentais da Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), lembrou que as recentes normas da Organização Mundial do Comércio (OMC) podem afetar os Processos Produtivos Básicos (PPB's) do Polo Industrial de



Jeremias Alves/Ascom
Solidariedade

ABINEE: Daniel da Silva Antunes

Manaus, e também defendeu a emergência de uma reforma tributária. “Uma reforma tributária é tão importante quanto uma reforma da previdência para o Brasil”, disse.

Fabrizio Sardelli Panzini, gerente de Negociações Internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), ressaltou a importância do fortalecimento Mercado Comum do Sul (Mercosul). “É uma grande oportunidade, ainda mais neste início de governo, investir em abertura comercial, fortalecendo um mercado onde já somos fortes”, disse.

Renato Agostinho, diretor do Departamento de Operações de Comércio Exterior, da Secretaria de Comércio Exterior do Ministro da Economia (ME); e Tólio Ribeiro, coordenador-geral de Serviços e Inovação da Secretaria de Desenvolvimento da Indústria e Comércio, do mesmo Ministério, abordaram as estratégias da nova política econômica liberal do atual governo. “Estamos numa agenda contínua de desburocratização para dar mais celeridade à agenda produtiva. Queremos facilitar a comercialização e dar velocidade aos nossos setores”, disse Tólio.

25 de abril 2019

Debatedores pedem continuidade do Minha Casa Minha Vida para gerar empregos

R\$ 800 milhões liberados pelo governo só permitem a manutenção do programa até junho. Novo aporte do mesmo valor pode garantir obras até o fim do ano.

Antonio Augusto/Câmara dos Deputados



Deputados estão preocupados com as empresas da construção civil que podem "quebrar" com o fim do programa

Representantes da indústria da construção civil e de movimentos sociais e parlamentares defenderam nesta quinta-feira (25), na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados, a continuidade do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), do governo federal. O argumento é que o programa é fundamental na geração de emprego e renda e na construção de moradias dignas para a população mais pobre do Brasil.

A defesa foi uma reação ao anúncio de que o governo não tem dinheiro para tocar o programa a partir de julho. A falta de recursos foi a principal fala do ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, em outra audiência realizada na Câmara, na quarta-feira (24).

Os participantes da audiência desta quinta argumentaram que o MCMV mobilizou municípios, que adquiriram terrenos para viabilizar projetos de habitação social, e todo um setor de produção de projetos, além de famílias que buscam moradias. “Uma paralisação como a gente está vendo neste momento faz com que tudo o que foi mobilizado – prefeitura, movimentos sociais, indústria da construção – seja jogado no lixo”, afirmou a coordenadora de Projetos da União Nacional por Moradia Popular, Evaniza Rodrigues.

Reforma da Previdência

A coordenadora argumentou que o resultado da falta de investimento em habitação são as mortes de pessoas em áreas de risco. Para ela, não é justo que a maior preocupação do governo seja a reforma da Previdência. “Não é possível colocar a habitação, um direito humano, na mão de se aprovar ou não uma reforma.”



Arquivo/Câmara dos Deputados

Deputado Zé Neto

Para o deputado Zé Neto (PT-BA), um dos parlamentares que sugeriram a audiência, o governo deve definir claramente o que é gasto e o que é investimento. “Não é gasto, é investimento na vida das pessoas, na mobilidade, na condição social, na condição de saúde. É muito mais barato ter pessoas morando com dignidade e condições de vida melhor”, disse.

Segurança jurídica

Por sua vez, o presidente da Federação Nacional de Pequenos Construtores, Fabiano Zica, reforçou que o setor da construção civil é o mais capaz de mudar o quadro de desemprego no País. Para isso, no entanto, é necessária segurança jurídica. “A gente precisa que o único risco que eu tenha seja o de não vender a casa. Não dá para eu ter uma casa pronta e acabada e ela não ser financiada”, exemplificou.

O deputado Alexis Fonteyne (Novo-SP), outro que sugeriu o debate, demonstrou preocupação com as construtoras, que “vão quebrar” e precisam pagar funcionários e fornecedores.

O deputado Marcelo Ramos (PL/AM), escolhido para presidir a Comissão Especial da Reforma da Previdência, lembrou que a Câmara aprovou recentemente um projeto de lei (PL 188/19) de sua autoria para prolongar um benefício fiscal dado a construtoras de moradias de baixa renda do Minha Casa Minha Vida. A ideia é dar segurança jurídica ao programa.

“Ambiente de negócios sadio para a construção civil é emprego na veia. Ambiente hostil é desemprego. Não precisamos de desemprego, mais ainda para um perfil de trabalhador que tem dificuldade de reinserção no mercado de trabalho, porque o ajudante de pedreiro não vai ser operador de telemarketing”, afirmou Ramos.



Arquivo/ Câmara dos Deputados

Deputado Marcelo Ramos

Números

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Regional, em seus dez anos de existência o Minha Casa Minha Vida entregou mais de 4 milhões de moradias. Um investimento total de quase R\$ 458 bilhões resultou na geração de 22 empregos diretos e indiretos para cada R\$ 1 milhão investidos, além de representar 2/3 do movimento imobiliário nacional.

O orçamento atual do programa é de R\$ 4,17 bilhões. Um aporte extra de R\$ 800 milhões foi liberado pela Casa Civil e pelo Ministério da Economia, o que garante o funcionamento até junho. No entanto, para que as obras sejam tocadas até o fim do ano, mais R\$ 800 milhões seriam necessários. Atualmente, existem 334,6 mil obras em andamento em todo o País e outras 50.221 paralisadas.

Segundo o secretário de Habitação do Ministério do Desenvolvimento Regional, Celso Matsuda, as dificuldades de financiamento do programa começaram entre 2014 e 2015, juntamente com a atual crise política e econômica. “Quando assumimos, a nossa prioridade foi pagar as obras que estavam em andamento”. Em resposta a perguntas dos participantes, Matsuda disse que espera colocar os pagamentos em dia para que o programa não pare.



Secretário Nacional de Habitação: Celso Toshito Matsuda

Arquivo/Câmara dos Deputados



ME: Igor Vilas Boas

O diretor do Departamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço do Ministério da Economia, Igor Vilas Boas, também se mostrou preocupado em garantir a programação financeira para 2019, a fim de dar continuidade aos contratos em andamento e recuperar as obras paralisadas. “Queremos fazer o refinamento daquilo que é possível e necessário de gastar esse ano. A demanda de qualquer setor é previsibilidade. Não é possível que se contrate e aloque recursos e, no meio do processo, haja paralisação”, ponderou.

O deputado Charles Evangelista (PSL-MG), que também pediu a audiência, acredita que o governo está se esforçando para sair da crise e elogiou a liberação dos R\$ 800 milhões. Já o deputado Zé Neto pretende agora unir esforços em torno de uma frente parlamentar que defenda a construção civil no Brasil.

Fonte: Agência Câmara Notícias

09 de maio de 2019

Fim de duplicidade e CTPS digital são promessas para facilitar eSocial

Até o final do segundo semestre, o empregador brasileiro estará livre de 70% da duplicação atualmente existente no eSocial e o trabalhador ganhará uma carteira de trabalho digital. A informação foi dada por Ricardo Moreira, Secretário Adjunto de Trabalho do Ministério da Economia, durante audiência pública para tratar do sistema na Câmara dos Deputados.



Rodrião Pertot/Câmara dos Deputados

Governo e demais setores debatem as implicações do uso do sistema entre o empresariado brasileiro

A audiência foi realizada no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS), a pedido do deputado federal Alexis Fonteyne (NOVO/SP). "É muito importante compreender porque o eSocial não foi implantado com a velocidade que esperávamos", disse.

Por meio do eSocial, os empregadores passaram a comunicar ao Governo, de forma unificada, as informações relativas aos trabalhadores, como vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, comunicações de acidente de trabalho, aviso prévio, escriturações fiscais e informações sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Em tese, a prestação das informações ao sistema substituiria o preenchimento e a entrega de formulários e declarações separados a cada ente, porém, os empresários alegam que os formulários seguem válidos e exigidos pelos respectivos entes, o que geraria a duplicidade. Informações sobre o FGTS, por exemplo, continuam sendo feitas em formulários específicos.

Rodrigo Perotti/Câmara
dos Deputados



ME: Ricardo Moreira

"Nós estamos construindo um modelo de país com a digitalização e sofisticação da prestação de contas. O processo de simplificação desse processo, pelo eSocial, é extremamente agressivo. A ideia é que até o final do segundo semestre, o empregador esteja livre de 70% da duplicação hoje existente", disse Ricardo Moreira.

A expectativa, de acordo com Moreira, é que até o final do primeiro semestre seja implantada uma Carteira de Trabalho e Previdência social (CTPS) digital, ou seja, que todos os dados do trabalhador constarão em um banco de dados únicos e

acessível a partir do número do Cadastro de Pessoa Física (CPF). “Para ser empregado, o trabalhador precisará apenas do CPF”, finaliza.

Microempresas

Dentre as críticas mais frequentes, está a alta demanda de burocracia para micro e pequenas empresas, que precisariam dispensar maior volume de recursos em contratação de pessoal especializado para a inserção de dados no eSocial.

“A terceira fase do cronograma de implantação do sistema é justamente para o grupo de pequenos empresários e vai exigir mais demanda de pessoal, devido ao volume de demanda que existe”, ressaltou Altemir Linhares de Melo, assessor de Cooperação e Integração Fiscal da Secretaria da Receita Federal (SRF).



Assessor de Cooperação e Integração Fiscal da Secretaria da Receita Federal, Altemir Linhares De Melo

Rodrigo Perotti/Câmara dos Deputados

Linhares também informou aos deputados que partiu do gabinete do ministro da Economia, Paulo Guedes, o pedido de aceleração do cronograma de integração do eSocial, para a eliminação de duplicidades na prestação de contas oferecida pelo governo federal aos empresários.

15 de maio de 2019

Simplifica, Zona Franca Verde e desburocratização foram debatidos na Cdeics

Os protocolos para aprovação dos Processos Produtivos Básicos (PPB's) da Zona Franca de Manaus (ZFM) serão incorporados ao Simplifica, conjunto de medidas para desburocratizar a vida do setor produtivo que o governo federal pretende lançar ainda neste semestre. O anúncio foi feito pelo secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec/ME), Carlos Alexandre da Costa, durante audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics).



Will Shutter / Câmara dos Deputados

Secretário-Especial, Carlos Alexandre da Costa, apresenta as estratégias para a retomada do crescimento.

O evento, que teve como tema “As perspectivas das reformas da área econômica e as propostas para retomada do crescimento”, foi proposta pelo presidente da comissão, deputado federal Bosco Saraiva. “Queremos este compromisso para o fortalecimento da economia no país, com atenção diferenciada ao modelo da Zona Franca de Manaus, pois não se trata de benefício, mas de reconhecimento aos impactos sociais e ambientais que ela produz na Amazônia”, disse.



Vinicius Lourey/Câmara dos Deputados

Dep. Bosco Saraiva

Will Shutter/Câmara dos Deputados



SEPEC/ME: Carlos Alexandre da Costa

“Os PPB’s vão passar por um enxugamento, por uma simplificação, medidas que foram discutidas com a Suframa [Superintendência da Zona Franca de Manaus] e com representantes locais para que a ZFM volte a crescer alinhada com o desenvolvimento sustentável para a região”, garantiu Carlos Alexandre da Costa.

Entre as medidas, estão previstas mudanças no processo de discussão dos PPB’s entre os membros do CAS. “Atualmente, há uma série de travas que faz com que o processo de aprovação do PPB se alongue de maneira indeterminada. Com a simplificação, estamos atacando pontos que mais tem atrasado os PPB’s”, disse. “Que a aprovação seja por maioria simples, não por unanimidade, por exemplo. Vamos construir um sistema de pontuações que facilitem que um PPB seja

modificado depois da sua aprovação, sem que o processo retorne ao início”, explica o secretário.

O secretário ressaltou que o novo projeto para o desenvolvimento da região amazônica reconhece os resultados da ZFM, mas quer priorizar a criação de novas matrizes econômicas. “O que não concordamos é que a estratégia fique baseada no polo eletrônico e de duas rodas. Precisamos de novos polos de desenvolvimento para a região, como a bioeconomia, nos setores da defesa, do turismo e piscicultura, dentro de áreas vocacionais para a região”, reforça.

Presente à audiência, o deputado estadual do Amazonas, Dermilson Chagas, questionou o secretário sobre uma suposta suspensão dos trabalhos do Conselho Administrativo da Suframa, o CAS. “Os trabalhos do CAS serão retomados em junho, uma vez que a estrutura não estava formalizada, mas não houve prejuízos. Todas as decisões que dependiam do CAS foram tomadas de ofícios por nós. Nada foi prejudicado pela falta de reunião do CAS”.

A Zona Franca de Manaus é o único modelo econômico reconhecido pela Organização Mundial do Comércio (OMC) devido ao seu impacto social e ambiental, já que funciona como barreira ao desmatamento da floresta no Estado do Amazonas, especialmente. “É um programa bem-sucedido, que ajudou a preservar os recursos naturais da região, mas



Jeremias Alves/Ascom: Solidariedade

precisa ser direcionado. Com as novas medidas, queremos que, ao término [do período de vigência] da ZFM, a região sobreviva sem dependência desse modelo”, finaliza Carlos Alexandre.

Minha Casa Minha Vida

Durante a audiência, Carlos Alexandre da Costa também confirmou a reativação dos repasses aos projetos de habitação popular que estavam contingenciados desde o início do governo. “Não há mais contingenciamento no Minha Casa Minha Vida, mas é um projeto que também está passando por reformulações. Queremos um projeto com garantia de sustentabilidade. Queremos habitação de qualidade para a população, esse é o item número um”.

Confira os principais pontos das medidas do Ministério da Economia para o desenvolvimento econômico apresentados pelo secretário Carlos Alexandre da Costa, durante a audiência na CDEICS:

Simplifica

Reformulação do eSocial – ajustes técnicos com menos burocracia para reduzir os custos das empresas.

Agilização dos Processos Produtivos Básicos (PPBs) na Zona Franca de Manaus.

Ajustes no chamado Bloco K, o registro de controle e produção do estoque da indústria.

Criação do Portal Único da Construção – com padronização de um código que poderá ser adotado por municípios.

Janelas regulatórias – As mudanças normativas do Inmetro serão adotadas num único dia, não a qualquer data, como ocorre atualmente.

Registro Único de Regularidade Fiscal – a regularidade é provada com várias certidões, atualmente.

Emprega Mais

Novo Sistema Nacional de Empregos (Sine)

Nova estratégia de qualificação: aproximação das demandas de oferta de trabalho aos programas de capacitação profissional.

Medidas regulatórias para a retirada das barreiras ao pleno funcionamento do mercado. Entre os setores, estão saneamento, propriedade de terras, óleo e gás, medicamentos, planos de saúde, bancos e áreas de telecomunicações.

24 de maio de 2019

Supermercadistas discutem excessos na aplicação de multas

Supermercadistas de todo o país querem fortalecer a discussão sobre excessos na aplicação de multas por violações do Código de Defesa do Consumidor com base na receita bruta do estabelecimento. Para os debatedores, o próprio CDC merece ser rediscutido com ampla participação dos setores e da sociedade.

Um debate sobre o tema foi realizado nesta quinta-feira (23) durante audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics), com participação de parlamentares e representantes de entidades patronais, na Câmara dos Deputados.

Autor do requerimento para a realização do debate, o deputado federal Glaustin Fokus (PSC/GO) ressaltou a importância da participação de lideranças nacionais e também regionais de supermercadistas no evento. “Não se trata de uma crítica ao CDC, mas estamos reunidos no sentido de assegurar transparência ao procedimento de quantificação da multa”, ressaltou.

O artigo 57 do CDC estabelece os critérios a serem observados para o arbitramento do valor da multa: gravidade da infração, vantagem auferida e



Jeremias Alves/Ascom Solidiedade

Supermercadistas relatam, em audiência, as distorções entre valores de multas aplicadas em decorrência de produtos, expostos à venda, com data de validade expirada.

condição econômica do infrator. E fixa os valores mínimos e máximos, equivalentes a 200 e 3 milhões de Ufirs, respectivamente. Pelo dispositivo legal, a autoridade administrativa tem a competência, discricionária, para arbitrar o valor da multa.

Representando a Associação Goiana de Supermercados (AGOS), o assessor jurídico da entidade, Reginaldo Gonçalves de Vasconcelos, ressaltou que os empresários enfrentam uma série de problemas quando são multados, uma vez que o pagamento da multa não implica em desmobilização do processo jurídico em decorrência da infração. “Até mesmo a prisão tem sido uma situação enfrentada por empresários porque há um produto não perecível fora da validade no estabelecimento. Além disso, há muitos casos de extorsão ocorrendo”, disse.

Arquivo/ Câmara dos Deputados



Representante da ABRAS: Vitor Moraes de Andrade

Para o representante da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), o advogado Vitor Moraes de Andrade, a revisão dos critérios para aplicação da multa é emergencial. “Precisamos olhar para o CDC e pensar sobre a necessidade de ajustes na parte de sanções administrativas, porque a multa leva em consideração a receita bruta do estabelecimento, o que torna o valor desproporcional em muitos casos”.

29 de maio de 2019

MPT quer maior fiscalização das empresas que contratam terceirizados

O Ministério Público do Trabalho irá apresentar nota técnica ao Projeto de Lei n. 6.456/2016 que trata da garantia de direitos dos trabalhadores nas contratações de serviços terceirizados, para corrigir distorções ocorridas no mercado após a regularização da terceirização no Brasil. O tema foi motivo de audiência pública realizada, nesta terça-feira (28), na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics).



Jailson Sarni/ Câmara dos Deputados

Audiência debate projeto que propõe novas regras na contratação de terceirizados

A informação foi anunciada pela procuradora do Ministério Público do Trabalho da 10ª Região, Ana Cristina Desirée Barreto, vice-coordenadora Nacional de

Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública (Conap). “Temos casos recorrentes de terceirizados que não recebem seus salários em dia, tampouco verbas rescisórias. Temos de garantir a efetividade dos direitos destes trabalhadores”, disse.

A procuradora ressaltou que as questões legais quanto à terceirização precisam ser adequadas à realidade do país. “A regulamentação da terceirização não autorizou a precarização no Brasil. As empresas têm limites. Não podem tratar os trabalhadores terceirizados como de segunda categoria”, explicou.

“Em muitos lugares, somos tratados como objetos. E isso é triste porque trabalhamos como todos os outros. E contribuímos com impostos para o governo. Por que querem botar a gente como se fosse na época da senzala? A escravidão já acabou. É obrigação nossa mostrar que somos honestos e temos os mesmos direitos dos demais trabalhadores”, ponderou a presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Terceirizáveis no Distrito Federal (SindiServiços/DF), Maria Isabel Caetano dos Reis.

O presidente da Confederação Nacional de Vigilantes e Prestadores de Serviços (CNTV), José Boaventura Santos, avalia que o cenário de precarização é crescente no país. “Precisamos saber quem são os terceirizados e quais as



condições de trabalho. Há casos em que as empresas simplesmente não repassam aos trabalhadores os valores cobrados aos tomadores de serviço”.

“O que realmente precisamos é uma regulamentação melhor quanto a esse tipo de prestação de serviço. Nosso pedido aos deputados é que o parlamento aprove o projeto, e que as emendas apresentadas ao projeto beneficiem o trabalhador, para que tenham os direitos garantidos”, argumentou o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio e Serviços (Contracs), Julimar Roberto de Oliveira.

Por fim, a Central Única dos Trabalhadores destacou a importância do debate constante sobre o tema na Câmara dos Deputados. “São deputados que sabem o valor da vida humana e do cidadão desse país. Parabéns aos trabalhadores que lutam pelos seus direitos junto aos seus sindicatos”, finalizou o presidente da Central Única dos Trabalhadores no Distrito Federal, Rodrigo Britto.

30 de maio de 2019

Parlamentares defendem Sistema S, mas pedem mais transparência e diálogo com governo

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Deputados defenderam nesta quinta-feira (30) as entidades do Sistema S, mas pediram mais transparência na gestão das organizações, rotatividade dos dirigentes e maior interação com a sociedade, que desconhece o trabalho feito por elas.

O assunto foi debatido pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados, a pedido do deputado Glaustin Fokus (PSC-GO).

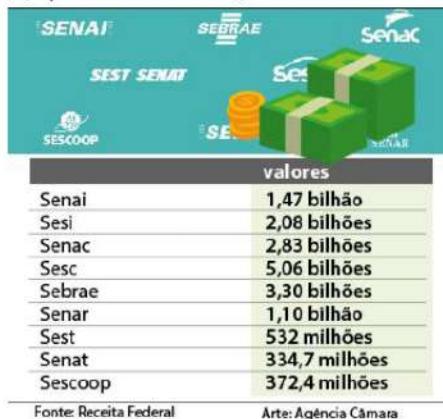
O Sistema S é composto por nove entidades (Senai, Sesc, Sesi, Senac, Senar, SESCOOP, Sest, Senat e Sebrae), mantidas por confederações patronais, que promovem cursos de educação e capacitação de trabalhadores de determinados setores da economia. E também realizam alguns trabalhos sociais.

Recentemente o sistema foi alvo de críticas do ministro da Economia, Paulo Guedes, que defendeu corte nas alíquotas das contribuições, que pode chegar a 3,1% da folha, para diminuir a carga tributária das empresas.

Para o deputado Joaquim Passarinho (PSD-PA), as entidades do sistema realizam um trabalho relevante, mas a população desconhece isso, assim como não sabe de onde vêm os recursos que alimentam as organizações. “Isso tem que ser passado para a sociedade. Ela precisa entender de onde vêm e para onde vão os recursos”, disse.

As entidades do Sistema S são mantidas por contribuições pagas pelas médias e grandes empresas sobre a folha salarial. No ano passado, a contribuição somou R\$ 17 bilhões.

ARRECAÇÃO DO SISTEMA S
(Repasses em 2018 - em R\$)



Governança

Os deputados Amaro Neto (PRB-ES) e Alexis Fonteyne (Novo-SP) também destacaram a importância do Sistema S para a economia, mas pediram rotatividade dos dirigentes das entidades. “Às vezes demora demais, são os mesmos

representantes de muitos anos e acaba passando para a sociedade que não há rotatividade à frente do sistema”, disse Neto. Já Fonteyne defendeu a saída dos dirigentes que entram para a política, para evitar “conflito de interesses”.

Durante o debate, que ouviu representantes das entidades, o deputado Osires Damaso (PSC/TO) propôs que o Sistema S realize um estudo sobre a atuação em cada estado e apresente os resultados para as bancadas estaduais. Segundo ele, em alguns locais o sistema pode funcionar melhor do que em outros. Damaso disse ainda que há uma demanda dos empresários por redução da carga tributária que não pode ser desprezada. “Hoje o meu pensamento é que precisamos desonerar as empresas”, afirmou.

Diálogo



Rafael Lucchesi informou que o Sistema S já está dialogando com o governo sobre mudanças na gestão

O diretor-geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Rafael Lucchesi, disse aos deputados que o Sistema S já está conversando com o governo sobre mudanças na gestão. O ministro Paulo Guedes propôs que as entidades assinem contratos de gestão com objetivos e metas. “O governo está tendo acesso a mais informações e está colocando pontos que estamos abertos”, afirmou.

Lucchesi defendeu o trabalho realizado pelas entidades. “No período de crise, 80% das pessoas que formamos encontram emprego no primeiro ano”, disse, referindo-se ao trabalho do Senai.

Ele e os demais convidados à audiência foram enfáticos em afirmar que não haverá ganho para economia com o corte de recursos para o sistema.



Arquivo/ Câmara dos Deputados

Residente da CNT e dos Conselhos do SEST e do SENAT, Vander Francisco Costa

“Isso não vai gerar nenhum emprego. O que gera emprego é crescimento econômico”, disse o presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Vander Costa.

A CNT mantém duas organizações do sistema (Sest e Senat).

Fonte: Agência Câmara Notícias

06 de junho de 2019

Preço de passagens vai subir, dizem representantes do setor aéreo

O superintendente de Acompanhamento de Serviços Aéreos da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Ricardo Bisinotto Catanant, disse que nunca houve promessa de redução de preços de passagens aéreas em função da cobrança por despacho de bagagens. A declaração foi feita durante audiência pública sobre o preço das passagens e precarização dos serviços aéreos realizada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics) da Câmara dos Deputados, nesta quinta-feira (06).



Jeremias Alves/Ascom Solidariedade

Em audiência pública, deputados solicitaram esclarecimentos acerca dos preços das passagens aéreas

O que houve foi a proposta de desregulação para incentivar a competitividade entre as empresas aéreas, o que pode gerar redução de valores. Inclusive, empresas

de baixo custo que atuam no mercado internacional estariam impedidas de operar no Brasil sem essa desregulação, já que emitem passagens sem o vínculo à bagagem”, disse Bisinotto.

A cobrança pelo transporte de bagagens pelas companhias aéreas é tema de constantes debates no Congresso Nacional. No final de maio, os deputados federais aprovaram uma medida provisória que autoriza a participação de 100% de capital estrangeiro em companhias aéreas brasileiras e, também, a gratuidade para bagagem de até 23 quilos, nos voos domésticos.



A medida reverte uma decisão anterior, pela qual as bagagens poderiam ser cobradas pelas companhias aéreas, fato que, de acordo com parlamentares, criou falsa expectativa na redução do preço das passagens. “Essa é uma queixa do país inteiro. Ouvimos aqui [na Câmara] que o preço das passagens cairia se a bagagem despachada fosse cobrada à parte, mas é óbvio que nada disso ocorreu. O brasileiro está cansado dessa frustração. Estamos cansados de ser enganados”, disse o deputado Tiago Dimas (Solidariedade/TO).

Em contrapartida, entidades do setor aéreo, com apoio da Anac e do Conselho Administrativo da Defesa Econômica (Cade), enviaram carta ao presidente para que vete a proposta. Na audiência, representantes do setor avisaram que a expectativa, caso a medida passe a vigorar, é que as passagens voltem a aumentar de preço.

“Se vamos ter de incluir na franquia o preço das bagagens, pode ter certeza de que o preço vai aumentar. O custo não some. A gente precisa ser transparente”, disse Marcelo Bento, diretor da Azul. “O preço médio das passagens vai subir, já que essa opção [não despachar bagagem] vai desaparecer do mercado”, afirmou Alberto Fajerman, assessor da Presidência da Gol.

A audiência foi proposta pelo deputado federal Zé Neto (PT/BA). “Vamos precisar realizar uma nova audiência tamanha a defasagem de informações sobre o assunto aos deputados desta Casa”, finalizou.

Concorrência

O presidente da Cdeics, Bosco Saraiva, disse acreditar que a abertura do mercado promova uma nova reviravolta no setor aéreo brasileiro, que sofre com a perda da Avianca, companhia aérea que pediu recuperação judicial no último mês. “A possível entrada de mais companhias aéreas força a concorrência a reduzir os preços e a ampliar a oferta de destinos”.



03 de julho de 2019

"Plano Dubai não existe", afirma secretário na audiência da Cdeics

O secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (Sepec), Carlos Alexandre da Costa, afirmou que o chamado "Plano Dubai" não existe e que foi divulgado na imprensa nacional após conversa em off com jornalistas. A declaração foi feita durante audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics) sobre o tema.



Audiência Pública sobre "Plano Dubai"

"O que houve foi uma explicação a um jornalista sobre como Dubai se tornou uma das maiores economias do mundo, citando um exemplo, quando eu disse que a partir de 2073 a região precisaria ser autônoma, desenvolvida sem precisar de benefícios tributários", disse Carlos da Costa.

Para o representante da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Saleh Hamde, as ações do Ministério da Economia em relação à ZFM estão em desacordo com as expectativas quanto a novos projetos econômicos para a região. "Parece mais um caminho de desinvestimento do que de investimento na Amazônia", afirmou.



“Preciso dizer que não tivemos contato formal com esse plano Dubai”, disse a secretária de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico do Tribunal de Contas da União (TCU), Andreia Rocha Bello de Oliveira.

O secretário de planejamento do Amazonas, Jório de Albuquerque Veiga Filho, ressaltou que a mudança do modelo econômico não pode ser tratada de forma apressada. “Não se trata de substituir, já que as riquezas que temos não são suficientes para manter a floresta em pé. Todos precisam entender o que é a ZFM para a integração e defesa nacional”.

O presidente da Cdeics, Bosco Saraiva, ressaltou que o esclarecimento sobre o suposto plano não significa que o governo saiba o que oferecer à Amazônia. “É preciso conhecer a Zona Franca e seus impactos na Amazônia Ocidental, e queremos ajudar o governo a formular um verdadeiro projeto de desenvolvimento para a região. Mas queremos ser ouvidos e participar do desenvolvimento dos projetos para a região”, avaliou.

05 de julho de 2019

“Aprendizagem tira a arma da mão do aprendiz”, diz procuradora do Trabalho em defesa de menor aprendiz



Jeremias Alves/Ascom Solidariiedade

A redução da criminalidade entre os jovens que aderem a programas governamentais de fomento ao primeiro emprego foi um dos indicadores positivos apontados por especialistas que participaram de audiência pública para debater o fortalecimento de políticas públicas de inserção da juventude no mercado de trabalho, na

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics) da Câmara dos Deputados.

“A aprendizagem tira a arma da mão do aprendiz. E é disso que o Brasil precisa. Além disso, temos o compromisso de combater o trabalho precoce de crianças e adolescentes, fator diretamente ligado a esses programas”, disse a procuradora do Trabalho e coordenadora nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente do Ministério Público do Trabalho, Patrícia Mello Sanfelice, durante a sua exposição no evento.

A ideia foi reforçada pela presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Noêmia Aparecida Garcia Porto, ao defender a participação da

sociedade no combate ao trabalho infantil e na oferta de emprego à juventude. “A responsabilidade social não é uma opção do ponto de vista constitucional. O que desejamos é que a inclusão seja realizada de forma explícita”, explicou.

De acordo com os dados apresentados na audiência, há cerca de 470 mil pessoas vinculadas ao programa Jovem Aprendiz em 2019 – em 2011, esse número de inscritos era 111 mil. No total, esses jovens trabalhadores movimentam 3,2 bilhões anualmente em remuneração e 81% deles ajuda no orçamento familiar – 35% está cadastrado no Cadastro Único para Programas Sociais (CAD Único) do governo federal.

Oferta de vagas



Arquivo/ Câmara dos Deputados

Secretário de Políticas Públicas para o Emprego do Ministério da Economia, Fernando de Holanda Barbosa Filho

De acordo com o secretário de Políticas Públicas para o Emprego do Ministério da Economia, Fernando de Holanda Barbosa Filho, o principal entrave para o desenvolvimento e expansão dos programas de primeiro emprego é o acesso às vagas. “Existem cerca de 800 mil vagas relativas à cota para o programa, mas que não é cumprida. Precisamos encontrar mecanismos para fazer a cota ser cumprida. E isso passa pelo falo do empreendedor passar a ver o aprendiz como um investimento e não como um custo”.

Para o diretor de operações do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Gustavo Leal, é preciso fortalecer a participação do empresariado brasileiro no sistema de aprendizagem. “Na aprendizagem, o empregador participa da Educação. É aproximar a relação entre oferta e demanda”, reforçou.

A audiência pública sobre primeiro emprego foi realizada a pedido dos deputados federais Tiago Dimas (Solidariedade/TO) e Otaci Nascimento (Solidariedade/RR). “A proposta foi realizar um diagnóstico sobre o cenário do primeiro emprego e pensar em formas de avançar nas políticas do setor”, disse Dimas.



Tiago Dimas defende primeiro emprego como política pública federal

Michel Jesus/Câmara dos Deputados

11 de julho de 2019

Pré-Sal é tema de audiência pública na Câmara dos Deputados

Especialistas no setor do petróleo e gás defenderam mais investimentos no Pré-Sal brasileiro para impulsionar a economia nacional durante audiência pública sobre o tema na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics) da Câmara dos Deputados, na última quarta-feira (10). O evento foi realizado a pedido do deputado federal Zé Neto (PT/BA), que presidiu a audiência.



Dep. Zé Neto

Atualmente, o setor de petróleo e gás representa 13% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, de acordo com dados do Ministério de Minas e Energia (MME). Com o regime de partilha, a Petrobrás continua sendo proprietária do Pré-Sal brasileiro, uma das maiores reservas de petróleo do mundo, mas pode transferir atividades da empresa para o setor privado.



Diretor de Relacionamento Institucional da Petrobras,
Roberto Furian Ardenghy

“Estamos dando um choque de competitividade ao setor”, disse o diretor de Relacionamento Institucional da Petrobras, Roberto Furian Ardenghy, ao citar as rodadas de leilões de áreas de exploração. “O momento é de atrair as companhias certas para cada ambiente, enquanto somos agentes ativos nos blocos do Pré-Sal”, reforço Furian.

Atualmente, a Petrobras tem 39% de participação na exploração do Pré-Sal, ainda de acordo com dados do MME. Entre 2017 e 2040, o Brasil responderá por 23% do aumento da produção mundial de petróleo, ficando entre os cinco maiores produtores globais, e, até 2030, o Brasil dobrará a produção de gás natural de 112 para 220 milhões de metros cúbicos por dia.

“A expectativa para esse ano é ainda realizar a rodada de leilão do volume excedente, o que significaria um trilhão em arrecadação nos próximos anos”, disse Renata Isfer, secretária adjunta de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do MME, ao falar sobre a exploração do volume excedente de barris de petróleo nas bacias já ativas. Atualmente, a Petrobrás explora menos do que as reservas oferecem.

Oposição

A crítica veio do petroleiro José Maria Rangel, coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), que defendeu a permanência da empresa sem capital privado e predominante na exploração do Pré-Sal. “Não se pode dizer que a Petrobrás não tem condições de explorar o Pré-Sal. Isso não é um discurso técnico, mas político”, afirmou.



FUP, José Maria Rangel

Arquivo/ Câmara dos Deputados

De acordo com o ex-diretor de Exploração e Produção da Petrobras, Guilherme Estrela, o petróleo brasileiro garantiria autonomia energética ao Brasil, especialmente, se somado a outras matrizes energéticas. “O pior engano é transformar oportunidade em ameaça, um país ser submetido a interesses estrangeiros”, finalizou.



IBP, Antônio Guimarães

Cleia Viana/Câmara dos Deputados

15 de agosto de 2019

Setor da construção civil critica liberação de saques no FGTS

A liberação de saques nas contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi criticada por representantes da construção civil em debate na Câmara dos Deputados. A audiência pública, realizada nesta quinta-feira (15) pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, foi proposta pelos deputados Zé Neto (PT-BA) e Jesus Sérgio (PDT-AC).



Cleia Viana/Câmara dos Deputados

A Medida Provisória 889/19 está em vigor desde 24 de julho e, segundo o governo Bolsonaro, pretende injetar R\$ 42 bilhões na economia até o final do próximo ano. A

partir de 19 de agosto, ficará autorizado o saque integral dos saldos no PIS/Pasep. Quanto ao FGTS, serão permitidos saques de até R\$ 500 de contas ativas ou inativas entre setembro deste ano e março de 2020.

Segundo o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil (Cbic), José Carlos Rodrigues Martins, esses recursos acabarão direcionados para o consumo das famílias, sem resultar em melhorias no ambiente econômico.

“Esses R\$ 42 bilhões, considerando um financiamento médio de R\$ 100 mil, representam cerca de 400 mil casas, e uma casa gera 1,2 emprego direto”, disse.

“Se o dinheiro fosse para o crédito imobiliário, estaríamos gerando 400 mil empregos diretos imediatamente”, continuou.



Presidente da Cbic, José Carlos Martins

Cleia Viana/Câmara dos Deputados

A construção civil também enfrenta atrasos nos repasses orçamentários para as iniciativas do governo no setor habitacional, e há ameaça de 200 mil demissões no setor. “O orçamento deste ano é de R\$ 60 bilhões para o Minha Casa Minha Vida, e os saques são 2/3 do que poderíamos produzir”, afirmou Martins.

O diretor-técnico da Federação Nacional dos Pequenos Construtores, Luciano Rufatto, destacou que 95% dos empreendimentos do Minha Casa Minha Vida dependem de recursos do FGTS. Na quarta-feira (14), em decorrência da falta de dinheiro, uma portaria interministerial reduziu os subsídios do governo para o programa, abrindo a necessidade da destinação de mais verbas do FGTS.

Falta de debate

O presidente da Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira, Claudio da Silva, que também participa do Conselho Curador do FGTS, lamentou que o governo tenha apresentado a medida provisória já pronta, sem discussão prévia com o colegiado.

O deputado Zé Neto também criticou a MP 889. “Ela tira o caráter normativo do próprio Congresso em uma situação delicada para esse momento econômico que estamos vivendo”. O parlamentar informou que a Comissão de Desenvolvimento Econômico voltará a discutir os impactos da MP.



Dep. Zé Neto

Arquivo/Câmara dos Deputados

A medida provisória está sendo analisada por uma comissão mista formada por deputados e senadores. Foram apresentadas 134 emendas. O texto aprovado será votado posteriormente nos plenários da Câmara e do Senado.

Fonte: Agência Câmara Notícias

12 de setembro de 2019

Zona Franca é modelo para ser discutido no Sínodo da Amazônia

Parlamentares do Amazonas defenderam, nesta quarta-feira (11), na Câmara dos Deputados, o modelo da Zona da Franca de Manaus como um exemplo de convergência entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade a ser debatido no Sínodo da Amazônia, que será realizado em outubro no Vaticano e presidido pelo Papa Francisco.



Ascom/Cdeics

O debate sobre as relações entre a ZFM e o Sínodo ocorreu durante audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics) da Casa. Para o presidente da comissão, Bosco Saraiva, a unificação do debate contribui para informar a população brasileira sobre a importância da ZFM para manter a floresta em pé.

“A Amazônia desperta interesse internacional, mas também é motivo de fantasias. Falta informação e conhecimento sobre a Amazônia, por isso, precisamos realizar debates sobre novas iniciativas para a região com mais diversidade de ideias. A Igreja realiza um enorme trabalho pela região ao pautar o tema de forma global, ao passo que realiza a sua jornada sinodal com a preocupação de ouvir as populações locais”, ressalta o parlamentar.

Representando a Igreja, o coordenador Nacional de Articulação da Rede Eclesial Pan-Amazônica (Repam/Brasil), Leon Patrick Afonso de Souza, apresentou a trajetória de eventos para a preparação do Sínodo da Amazônia junto a povos e comunidades da região, mas também lembrou que a iniciativa somente foi possível diante do compromisso do Papa Francisco para com a Amazônia e as pessoas que vivem nela.

“A Igreja seguirá firme na defesa dos direitos humanos e dos direitos da natureza. O Sínodo não é apenas um pontapé inicial, nem tampouco o ponto de chegada. É um marco na caminhada e um tempo de oportunidades, não apenas para a Igreja, mas para os governos, movimentos sociais e para toda a sociedade”, explicou.

Debate

Jeremias Alves/Ascom
Solidariedade



Vereador de Manaus, Elias Emanuel, ressaltou a atuação da Igreja Católica na Amazônia

O vereador da Câmara Municipal de Manaus, Elias Emanuel, reforçou a importância da discussão do tema por parte da Igreja, num momento em que a comunidade política internacional pressiona o governo brasileiro por políticas eficientes para que o desenvolvimento econômico da região também signifique preservação ambiental.

“A Igreja não descobriu a Amazônia agora e está claro que a instituição não tem a intenção de debater a soberania do Brasil em relação a esse território. A Amazônia é

patrimônio dos brasileiros a serviço da humanidade. O Sínodo redireciona a ação evangelizadora da Igreja”, ressaltou.

O deputado estadual Serafim Corrêa apresentou dados que revelam que o desmatamento da Amazônia não avança junto à fronteira do Amazonas, único estado do Brasil a manter 98% da sua floresta em pé. “O motivo é a Zona Franca de Manaus, que gera empregos no Amazonas e em vários outros estados, como São Paulo”, explicou.

Para o pesquisador Alexandre Rivas, da Universidade Federal do Amazonas, é preciso desfazer mitos sobre a região se houver interesse na formulação de políticas públicas que compreendam a complexidade da região. “Amazônia não é um Jardim Botânico. Para nós, não é intocável, já que a conservação precisa ser concebida na relação com os seres humanos. É preciso um olhar para as pessoas na Amazônia’.

A proposta apresentada pelo reitor da Universidade Federal do Amazonas, Sylvio Mário Puga Ferreira, é criar o ECOPIIM, um modelo de selo ecológico a ser aplicado ao Polo Industrial de Manaus (PIM). “A ideia é certificar as empresas que se preocupam com a preservação da Amazônia. Para isso, as empresas teriam de preencher requisitos dentro de políticas públicas nas áreas ambiental, desenvolvimento regional, social e de educação”.

26 de setembro de 2019

Empresários cobram sistema único para informações sobre trabalhadores

Representantes de empresários manifestaram preocupação com a possibilidade de a Receita Federal manter uma plataforma de informações sobre os trabalhadores separada do sistema eSocial. A simplificação do eSocial foi discutida nesta quinta-feira (26) na Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara.



Claia Viana/ Câmara dos Deputados

Audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico para debater o assunto

Diretora de gestão e produtos da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação, Valquíria Cruz disse que recentemente a Receita Federal comunicou que as informações previdenciárias e tributárias teriam

que ser inseridas em um sistema diferenciado do usado para as informações trabalhistas.

O eSocial foi criado em 2014 para acolher as informações de empregadores domésticos, mas vem sendo gradualmente ampliado para todas as empresas.

Valquíria explicou que o setor empresarial teve que fazer vários investimentos para se adequar ao eSocial, mas que isso tudo foi feito com o objetivo de ter um sistema simplificado e centralizado. Ou seja, para eliminar que os mesmos dados fossem inseridos várias vezes.

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



BRASSCOM, Valquíria Cruz

"Ao separar os sistemas, o processo no RH da empresa tem que ser modificado. Eles teriam que trabalhar com dois sistemas, em vez de um sistema apenas, no qual eles trabalharam nos últimos dois anos para estabilizar e executar".

Hoje o eSocial tem quase 40 milhões de trabalhadores e quase 6 milhões de empresas. O representante do Ministério da Economia na audiência, Fábio Pina, informou que a Receita Federal ainda não ocupou a sua vaga no comitê gestor do eSocial e pediu aos deputados e associações empresariais que façam um movimento para obter explicações da Receita sobre a questão.

Segundo ele, a Receita alega que perderia arrecadação unificando os sistemas. "Eu acho muito difícil, se eles tiverem razão, que pessoas razoáveis não entendam". Procurada pela reportagem, a Receita Federal ainda não se manifestou.

O deputado Alexis Fonteyne (Novo-SP), um dos autores do pedido para o debate, disse que é importante manter a ideia inicial do eSocial: um banco de dados único por meio do qual todos todos pudessem ter acesso às informações. "O empresário vai ter que ficar mandando (informações) em dobro e ainda em sistemas diferentes?", indagou.

Coordenador-Geral do eSocial no Ministério da Economia, João Paulo Machado, também disse que nos próximos dias serão publicadas portarias, desobrigando as empresas do envio de pelo menos 15 informações para programas diferentes do governo, pois esses dados já podem ser obtidos no eSocial. Um exemplo é o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que reúne dados sobre admissões e demissões no mercado formal de trabalho.

Machado ainda informou que a plataforma ficará mais amigável para as empresas e para os empregadores domésticos, que terão acesso a atendentes virtuais e tutoriais.

Fonte: Agência Câmara Notícias

03 de outubro de 2019

Deputados pedem celeridade na recuperação judicial de empresas

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



“A recuperação judicial, extrajudicial e falências” foi o tema da audiência pública realizada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics) da Câmara dos Deputados, no dia 09 de outubro, no Auditório Nereu Ramos.



Dep. Hugo Leal, autor da iniciativa

Autor do requerimento para a realização da audiência, o deputado federal, Hugo Leal (PSD-RJ), defendeu o amplo debate sobre o tema. “Tendo em vista a complexidade do assunto, bem como os impactos que há de causar na sociedade brasileira, pedimos a promoção de um debate para contribuir na apresentação de sugestões e alternativas sobre o tema”, explica o parlamentar.

O requerimento de realização do evento apresentado por Leal recebeu apoio dos deputados federais Glaustin Fokus (PSC-GO), Tiago Dimas (Solidariedade-TO) e Zé Neto (PT-BA), além do presidente da Cdeics, Bosco Saraiva (Solidariedade-AM). “O tema é uma emergência. Precisamos recomeçar as discussões para avançarmos na modernização da legislação que abrange o empreendedorismo brasileiro, a exemplo desta”, ressalta.

Entre os assuntos, foi debatido o perfil dos planos de recuperação judicial, a vedação de lucros ou dividendos, a redução do problema da sucessão das unidades produtivas independentes na alienação de bens, a solução de tributação do hair-cut, a revisão de prazos e a deliberação por sistema eletrônico, a redução do prazo para fresh-start, falência transnacional e a perícia prévia de pedidos de falência.

Convidados

Participaram do evento, o secretário Especial da Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues Júnior; o procurador da Fazenda Nacional, Esdras Boccato; o juiz de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, João de Oliveira Rodrigues Filho; o promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo (MP/SP), Eronildes Santos; o advogado da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Júlio César Moreira Barbosa; o coordenador da Subcomissão de Recuperação de Crédito da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Márcio Calil de Assumpção; o presidente do Instituto Brasileiro de Administração Judicial (Ibajud), Bruno Rezende; presidente do Instituto Recupera Brasil, Claudio Montoro Mendes; o advogado especialista em Insolvência e professor de Direito Comercial pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP), Ivo Waisberg; e o advogado especialista em Insolvência Empresarial e Professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV/RJ), Pedro de Freitas Teixeira.

O debate ocorreu em consonância com a tramitação da tramitação do Projeto de Lei nº 6229/2005, que "Altera o § 7º do art. 6º da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que "Regula recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária", para submeter todos os créditos tributários à recuperação judicial."

28 de novembro de 2019

Farroupilha apresenta governança 4.0

Agilidade, simplificação e desburocratização. Essas são as palavras que definem os conceitos que marcam a nova geração de empreendedores em Farroupilha, no Rio Grande do Sul. A expectativa é que mais de 90% dos novos empreendimentos de baixo e médio risco recebam seu alvará de funcionamento em até 12 horas em 2019, contra uma expectativa de 400 dias nos anos anteriores.



Jeremias Alves/Ascom Solidariedade

Prefeito de Farroupilha apresenta o Planejamento Estratégico do Município

As inovações para tornar o município de Farroupilha um ambiente moderno de negócios foram apresentadas nesta quinta-feira (28), durante audiência pública realizada pela Cdeics da Câmara dos Deputados.

O evento foi requerido pelo vice-presidente da Cdeics, deputado federal Otaci Nascimento

(Solidariedade/RR). “A proposta desse evento é divulgar as ações realizadas pela prefeitura de Farroupilha para tornar o ambiente de negócios da cidade moderno e favorável à inovação, atraindo empresas com esse perfil”, disse Nascimento.

“O resultado é fruto de diversas iniciativas do poder público realizadas desde 2015, como a implantação do Programa Inova Farroupilha, a revisão e aperfeiçoamento de todos os passos necessários para abrir uma empresa, a adesão

a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), a criação da Sala do Empreendedor, e mais recentemente, o Alvará Digital 4.0, que permite que todo o processo de requerimento e liberação de alvará seja feito online”, disse o prefeito do município Claiton Gonçalves.

Além de se tornar referência para o Brasil, em função das rotas turísticas do Estado ligadas à cadeia produtiva do vinho, Farroupilha passou a atrair novos negócios, que estão diversificando a matriz econômica, gerando empregos e consequentemente aumentando o poder de compra dos farroupilhenses.

Atualmente, a cidade possui 9.431 empresas, sendo 2.734 Microempreendedores Individuais (MEIs). Somente em 2019, até setembro, 459 novas empresas abriram e prosperaram. A onda de empreendedorismo e inovação vai ao encontro da instalação da unidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Farroupilha. O Escritório de Inovação do Parque Tecnológico Zenit/UFRGS, que será concretizado por meio de ações em conjunto com parceiros locais e a futura disponibilização de estrutura física, centralizará e coordenará ações de fomento à educação empreendedora e criação de novos negócios inovadores. Farroupilha apresenta governança 4.0.

12 de dezembro de 2019

Parlamentares e especialistas defendem manter a regulamentação para o exercício das profissões de jornalistas e radialistas

A preocupação com a precarização do mercado de trabalho por efeito da Medida Provisória 905/2019, especialmente, no campo da comunicação social, foi a tônica da audiência pública sobre a “Extinção do registro profissional de jornalista e publicitário”, realizada nesta quarta-feira (11), pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics) da Câmara dos Deputados.



Audiência debate Medida Provisória 905/19

O evento foi realizado a pedido do presidente da Cdeics, Bosco Saraiva (Solidariedade), que é parlamentar pelo Estado do Amazonas. “Devemos destacar a garantia de emprego a jovens pela carteira verde-amarela, mas também nos cabe questionar a quem interessa o fim dos registros profissionais de 14 diferentes profissões e, em que medida, essa MP contribui para a melhoria do mercado profissional do nosso país”, ressalta o parlamentar.

O presidente da Associação Brasileira de Ensino em Jornalismo (ABEJ), Marcelo Engel Bronosky, explicou que a MP 905 também impacta o mercado da Educação em Jornalismo, que atualmente oferece mais de 60 mil vagas em faculdades públicas e particulares em todo o Brasil. Além disso, de acordo com o professor e pesquisador, a nova legislação negaria a exigência de uma formação específica para atuação na produção de notícias.



“Fazer jornalismo não é fazer fake news. Não existe jornalismo baseado em fake news, uma prática combatida na formação do jornalista pois contraria conceitos específicos, conhecimentos que se diferenciam de outras narrativas, como a ficcional. O Jornalismo se sofisticou a ponto de constituir um repertório de conhecimentos específicos, criando processos e procedimentos que formulam nossos modos de relatar acontecimentos, constituindo habilidades e competências específicas que nos tornam aptos a exercer a profissão”, explicou Bronosky.

Para a secretária-geral da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj), Elisabeth Villela da Costa, a regulamentação é uma barreira para garantir a qualificação, ética e verdade das publicações. “Qual tipo de jornalismo e de jornalista se espera com essa medida provisória, qual será a qualidade da notícia oferecida à sociedade e qual a justiça que se faz a quem estuda ou estudou jornalismo? Sem jornalista não há

jornalismo de qualidade. E sem jornalismo não há democracia nesse país”, defendeu.

A defesa foi acompanhada pelo coordenador-geral da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão (Fitert), que ressaltou a importância do debate realizado pela comissão. “Cabe muito bem ressaltar a importância desse debate antes de uma medida dessa abrangência, coisa que o governo não realizou, especialmente em se tratando de uma ação que vale quase como uma reforma trabalhista. Radialista presta a comunicação para a sociedade assim como jornalista”.

O representante da Central Única de Trabalhadores (Cut), Luiz Antonio Alves de Azevedo, afirmou que MP 905 visa precarizar as relações de trabalho para as categorias atingidas. “A MP 905/2019 visa tirar um profissional qualificado remunerado adequadamente para viabilizar a contratação de trabalho contrário, pior remunerado”.

Já o presidente da Federação Nacional das Empresas de Rádio e TV (Fenaert), Gulliver Leão, defendeu que o controle da Comunicação não pode ser exercido pelo Estado. “Inadmissível exercer o controle ou condição de jornalista pelo Estado, pois



tal interferência gera censura. Portanto, o maior bem a ser tutelado, não é da do jornalista de informar, mas a da sociedade de ser informada”, finaliza.

O debate foi acompanhado pelos deputados federais petistas Erika Kokay (PT/DF) e Zé Ricardo (PT/AM), Ivan Valente (Psol/SP), Marcelo Ramos (PL/AM) e Sidney Leite (PSD/AM), que será membro da comissão especial que analisará a proposta na Câmara dos Deputados. “Lamentável o encaminhamento da MP905 para este Congresso Nacional, uma medida que retira cerca de 500 mil postos de trabalho no Brasil, ou seja, vai eliminar empregos quando deveria criar”, disse.

Transmissão

A íntegra do debate está publicada no canal da Câmara dos Deputados no Youtube, no endereço eletrônico:

<https://www.youtube.com/watch?v=X3CGGQ3eAro&app=desktop>.

13 de dezembro de 2019

Grupo de trabalho poderá discutir marco legal para alimentos artesanais



Cleia Vianal / Câmara dos Deputados

Comissão de Desenvolvimento Econômico promoveu audiência pública sobre o tema

A Câmara dos Deputados poderá formar um grupo de trabalho para discutir um novo marco regulatório para produtos alimentícios artesanais, como queijos, geleias e mel, de forma a facilitar a formalização do pequeno produtor, seu acesso aos órgãos de inspeção sanitária e sua entrada no mercado nacional. Propostas nesse sentido tramitam na Câmara e no Senado.

O assunto foi discutido nesta quinta-feira (12) em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, a pedido do deputado Emanuel Pinheiro Neto (PTB-MT). Ele pretende continuar o debate no grupo, que ainda é só uma intenção. “Queremos encontrar os caminhos para facilitar a transição da informalidade para a formalidade sem gerar prejuízos para o produtor”, disse o parlamentar.

A sugestão para criação de um grupo de trabalho veio do deputado Vitor Lippi (PSDB-SP), que pretende aperfeiçoar projetos de lei. “Acredito no empreendedorismo. Pequenos produtores podemos ter em todas as localidades, só que precisamos dar oportunidade de isso acontecer. Interessa muito a simplificação das coisas”, afirmou.

Burocracia

A principal reclamação dos participantes da reunião disse respeito à burocracia enfrentada por pequenos produtores para começar a produzir, com muitos passos para se formalizar, registrar e vender em todo o País. Atualmente, os produtos do setor somente podem ser comercializados em âmbito interestadual quando inspecionados por um órgão do estado no qual é fabricado.

“São diversos os gargalos que o pequeno produtor tem hoje para alcançar as gôndolas do supermercado. O primeiro deles é a parte sanitária”, reclamou o diretor-presidente da Cooperativa Agrícola Mista Redecoop, Hudson Saturnino. “A parte sanitária deve ser exequível”, afirmou.

A sugestão do médico veterinário Rodrigo Olegário, que já atuou na inspeção dessa produção em Mato Grosso do Sul, é que se criem programas de apoio ao produtor artesanal, para que ele produza dentro de sua capacidade de investimento. “É preciso ser um programa e não um serviço de inspeção, porque hoje o Selo Arte [que identifica os produtos artesanais atualmente] está vinculado a um serviço de inspeção”, criticou.

Para a lei que se quer produzir, o veterinário sugeriu que ela diferencie o produto artesanal daquele de agroindústria. “Aquele pequeno produtor está começando, ele tem que ter um diferencial”, justificou. “Temos que colocar itens que nós sabemos que o pequeno produtor vai conseguir executar e com segurança alimentar”, disse ainda.

Experiências

De Maracaju (MS), Rodrigo Olegário trouxe o exemplo da criação de um programa de certificação de qualidade de produtos alimentícios artesanais e do Selo Sabor de Maracaju. Lá, o produtor se cadastra no órgão público e participa de uma qualificação, a fim de produzir dentro de regras sanitárias e poder concorrer com quem está no mercado. Atualmente, 86 produtores estão cadastrados no município.

A outra experiência apresentada na audiência veio do oeste de Santa Catarina, onde pequenos produtores se uniram em associações há mais de 20 anos para não desaparecer no mercado. Conforme lembrou o representante da Associação dos Produtores do Oeste Catarinense (Apaco), Gelso Marchioro, foi criado o Selo Sabor Colonial a fim de enquadrar projetos que tivessem características artesanais.

A partir de então, criaram-se cooperativas e foi feito todo um encaminhamento de processos a órgãos de inspeção. “O problema não é a comercialização, mas a acessibilidade às exigências sanitárias. Esses são os grandes desafios que, no meu ponto de vista, não estão resolvidos”, alertou Marchioro.

Atualmente, a Apaco congrega 32 cooperativas, 173 agroindústrias familiares, 900 famílias e 1.434 produtos no mercado formal. Por ano, são comercializados R\$ 250 milhões em produtos.



Projetos

O projeto que tramita na Câmara sobre produtos artesanais é o PL 2775/19, que cria o marco, ao mesmo tempo que revoga o artigo referente aos produtos artesanais na Lei 1.283/50, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal apenas.

A proposta, do deputado José Medeiros (Pode-MT), estabelece regras específicas para produtos alimentícios de qualquer origem, animal ou não, produzidos de forma artesanal; e adota a livre circulação e comercialização em todo o País para produtos aprovados pelos serviços de fiscalização e inspeção dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de consórcios desses entes federativos, entre outros pontos. Além disso, estabelece claramente que as normas aplicadas aos produtos artesanais devem diferir das aplicáveis ao processamento de alimentos por agroindústrias.

No Senado, está em análise o PL 3958/19, do senador Luis Carlos Heinze (PP-RS), segundo o qual os municípios poderão realizar a inspeção sanitária de produtos de origem animal destinados à venda em outros estados.

Fonte: Agência Câmara Notícias



SEMINÁRIO

20 de outubro de 2019

Seminário na Comissão do Esporte: quase metade dos brasileiros é sedentária

O Brasil tem 35 mil academias, mas só 5% da sua população pratica atividades físicas regulares. Esses dados foram apresentados durante seminário sobre o setor das academias de ginástica, atividades esportivas e os impactos econômicos e sociais de um setor que emprega mais de um milhão de pessoas, direta ou indiretamente. O evento, ocorrido em 20 de agosto na Câmara dos Deputados, foi realizado conjuntamente pela Comissão do Esporte (Cespo) e pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics). O seminário também reuniu empresários de vários setores ligados à saúde, representantes de academias e deputados.

A indústria de atividades físicas movimentava 2,1 bilhões de dólares no Brasil, segundo pesquisa da IHRSA (Associação Internacional do Fomento ao Universo da Saúde e Exercícios). A clientela das academias soma 9,6 milhões de frequentadores e o país é o segundo do mundo com maior número de estabelecimentos do tipo, atrás apenas dos Estados Unidos.



Reinaldo Lima / Acevo / CESPO

Seminário reuniu empresário e profissionais ligados ao setor de academias de ginástica

Segundo o presidente da Associação Brasileira de Academias (Acad Brasil), Gustavo Borges, o país é o quinto mais sedentário do mundo e mais da metade da população está acima do peso.

“Para alterar essa situação é preciso criar políticas públicas efetivas contra o sedentarismo, pela mobilização da população e que apoiem eventos e a produção de conhecimento em torno da atividade esportiva no Brasil”, afirma Borges.

Alguns participantes pediram uma reforma tributária que melhore o ambiente para os empreendedores, reduza a burocracia e facilite a abertura de pequenos negócios voltados para a atividade física, que tem poucas grandes redes de academias. Uma das metas citadas é criar um acesso mais democrático para a população brasileira, com mensalidades acessíveis.

Fonte: Comissão de Esporte da CD

28 de novembro de 2019

“Abertura comercial gradual e previsível”, defende secretário do Ministério da Economia em seminário na Cdeics

“Somos favoráveis a uma abertura gradual, previsível e pari passu com o aumento da competitividade brasileira”, afirmou o Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos Alexandre Jorge da Costa, durante seminário realizado nesta quarta-feira (27), pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics).



Jeremias Alves/Ascom/Solidariedade

Secretário Especial, Carlos da Costa, participa de debate na Comissão

O seminário proposto pelo deputado federal Zé Neto (PT/BA) reuniu parlamentares e especialistas para debater o tema “Desenvolvimento das Cadeias Produtivas”, no plenário 5 da Casa. De acordo com o proponente, a ideia do encontro foi identificar os entraves e construir propostas que influenciem as políticas governamentais e estimulem a retomada do crescimento econômico brasileiro.

“Na mais lenta taxa de crescimento, após uma recessão na história brasileira, foram registradas leves variações positivas de 1,1% em 2017 e em 2018 e, no acumulado de 2019, apenas 1,0% de elevação”, disse o parlamentar em sua justificativa para o debate.

“Eu estou preocupado. Nós temos a necessidade urgente de ocuparmos um espaço nesse debate econômico que estamos vivendo no país”, ressaltou Zé Neto.

O secretário foi um dos membros da primeira rodada de debate, que abordou o fomento às cadeias produtivas, e defendeu as políticas adotadas pelo governo federal para melhorar o ambiente de negócios, a reestruturação da situação fiscal do país e a abertura do mercado, que impacta os setores produtivos nacionais.

“Nós não somos loucos. Nós não queremos matar o setor produtivo brasileiro. A gente quer um Brasil produtivo, próspero, pujante, competitivo e, para isso a gente acha que a abertura comercial seja necessária. Só que não é do nada, não é maluquice, não é sai correndo e abre tudo. Isso tem que ser gradual e previsível. Um liberal não pode sair fazendo coisas atabalhoadas, isso contraria o direito à propriedade, de negócio”, argumentou Carlos Alexandre da Costa.

Zé Neto afirmou ainda que não é contrário à abertura de mercado. “Temos que ter um compasso certo, porque se a gente abre muito, pode estar fragilizando a indústria por demais”. O secretário do ME retrucou: “O maior fomento é um bom ambiente de negócio e boas oportunidades”.



NÚMEROS DA COMISSÃO

NÚMEROS DA
COMISSÃO



Reuniões: 30
Audiências: 27
Seminários: 3



Projetos Apreciados

PL (Projetos de Lei): 73
PLP (Projetos de Lei Complementar): 6
PDL: (Projetos de Decreto Legislativo): 8



PROPOSIÇÕES APROVADAS 2019

Proposições Aprovadas em 2019

Proposição	Ementa	Comissão	Situação	Data
				Tramitação
PDC 1019/2018	Aprova o texto Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, celebrado em Camberra, em 7 de setembro de 2017.	CDEICS	Aprovada	05/06/2019
PDC 1058/2018	Aprova o texto do Protocolo da Rodada São Paulo ao Acordo sobre o Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento, assinado em Foz do Iguaçu, em 15 de dezembro de 2010.	CDEICS	Aprovada	22/05/2019
PDC 1169/2018	Aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2018.	CDEICS	Aprovada	10/04/2019
PDC 1170/2018	Aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2018.	CDEICS	Aprovada	10/04/2019
PDL 81/2019	Aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2018.	CDEICS	Aprovada	02/10/2019
PDL 82/2019	Aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2018.	CDEICS	Aprovada	04/09/2019
PDL 83/2019	Aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2019.	CDEICS	Aprovada	04/09/2019
PDL 397/2019	Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname, assinado em Brasília, em 2 de maio de 2018.	CDEICS	Aprovada	30/10/2019
PL 980/2007	Dispõe sobre os comprovantes de pagamentos emitidos por terminais eletrônicos.	CDEICS	Aprovada	05/06/2019
PL 4921/2009	Proíbe a emissão, em papéis termo sensíveis de comprovantes de operações comerciais e financeiras.	CDEICS	Aprovada	05/06/2019

PL 4993/2009	Dispõe sobre qualidade dos comprovantes emitidos em caixas eletrônicos em bancos de todo o território nacional.	CDEICS	Aprovada	05/06/2019
PL 5449/2009	Dispõe sobre a qualidade dos comprovantes de pagamentos emitidos em caixas eletrônicos de instituições financeiras estabelecidas no País.	CDEICS	Aprovada	05/06/2019
PL 7518/2010	Dispõe sobre a emissão de comprovantes em papéis termossensíveis em estabelecimentos comerciais e instituições financeiras.	CDEICS	Aprovada	05/06/2019
PL 690/2011	Veda a cobrança da segunda via do comprovante emitido em papel termo sensível ou qualquer outro de duração transitória de baixa qualidade pelas instituições financeiras.	CDEICS	Aprovada	05/06/2019
PL 7246/2014	Dispõe sobre a obrigatoriedade de comercialização de apenas uma unidade de calçado e de par de calçados constituído por unidades com numerações diferentes a pessoas com deficiência dos membros inferiores.	CDEICS	Aprovada	24/04/2019
PL 8014/2014	Dispõe sobre a obrigatoriedade de comercialização de apenas uma unidade de calçado para pessoas com prótese em um dos membros inferiores ou com um dos membros inferiores amputado.	CDEICS	Aprovada	24/04/2019
PL 1274/2015	Dispõe sobre a durabilidade dos comprovantes bancários.	CDEICS	Aprovada	05/06/2019
PL 1510/2015	Proíbe o repasse ao consumidor de qualquer valor a título de corretagem.	CDEICS	Aprovada	14/08/2019
PL 1583/2015	Veda o repasse da cobrança de comissão de corretagem ao consumidor, nas relações de consumo que tenham por objeto bem imóvel.	CDEICS	Aprovada	14/08/2019

PL 1973/2015	Obriga os fabricantes de calçados a disponibilizarem a venda de peças avulsas de produtos para uso das pessoas com membro inferior amputado.	CDEICS	Aprovada	24/04/2019
PL 3268/2015	"Dispõe sobre a proibição da emissão de comprovante de pagamento em papel termo sensível por todo território nacional, e dá outras providências".	CDEICS	Aprovada	05/06/2019
PL 3475/2015	Estabelece regras atinentes à compra e venda imobiliária e veda a cobrança de taxa de corretagem de compradores de imóveis novos e em construção, nos termos que especifica.	CDEICS	Aprovada	14/08/2019
PL 4314/2016	Altera os artigos 14, 51 e 851 do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal - RIISPOA	CDEICS	Aprovada	18/09/2019
PL 5812/2016	Dispõe sobre a retenção de arras dadas por ocasião da conclusão de contratos de compra e venda ou promessa de compra e venda de imóveis, nas hipóteses que especifica.	CDEICS	Aprovada	14/08/2019
PL 6056/2016	Possibilita o envio da 2ª via do comprovante de pagamento dos cartões ser por meio eletrônico.	CDEICS	Aprovada	05/06/2019
PL 6238/2016	Dispõe sobre a vedação da utilização de formulários em papéis termosensíveis pelas instituições financeiras para apresentação de informes aos seus clientes	CDEICS	Aprovada	05/06/2019
PL 7210/2017	Altera o inciso IV do caput do art. 1.033 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.	CDEICS	Aprovada	21/08/2019
PL 7372/2017	Institui incentivos fiscais para operações com produtos sem lactose e produtos orgânicos.	CDEICS	Aprovada	11/12/2019
PL 7825/2017	Dispõe sobre o contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de esteticista e pessoas jurídicas registradas como clínicas de estética.	CDEICS	Aprovada	12/06/2019

PL 8134/2017	Altera os arts. 61, § 1º, e 73, IV, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, com o objetivo de permitir a manifestação prévia de credores antes da decretação de falência ex officio pelo juiz.	CDEICS	Aprovada	14/08/2019
PL 8210/2017	Acrescenta parágrafo ao art. 725 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.	CDEICS	Aprovada	14/08/2019
PL 8438/2017	Dispõe sobre o aparelho de telefonia celular com capacidade de recepção de sinais de radiodifusão sonora em Frequência Modulada - FM.	CDEICS	Aprovada	02/10/2019
PL 8657/2017	Altera os arts. 157 e 158 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que "Dispõe sobre as Sociedades por Ações", para fins de disciplinar a responsabilidade civil e o dever de informar dos administradores das companhias.	CDEICS	Aprovada	14/08/2019
PL 8886/2017	Dispõe sobre a alteração dos valores correspondentes ao enquadramento das sociedades ou conjunto de sociedades sob controle comum de grande porte, conforme previsão na Lei nº 11.638/2007.	CDEICS	Aprovada	24/04/2019
PL 8963/2017	Acrescenta §§ 7º e 8º ao art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a restituição, a empresa cedente de mão de obra, de saldo remanescente de contribuição social.	CDEICS	Aprovada	20/11/2019
PL 9238/2017	Dispõe sobre a vantagem auferida como critério para imposição de multas no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).	CDEICS	Aprovada	18/09/2019

PL 9304/2017	Altera a Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, para tornar obrigatória a comunicação sobre a periculosidade de produtos introduzidos no mercado nacional que foram objeto de chamamento (recall) no exterior e para tipificar como crime a ausência dessa comunicação.	CDEICS	Aprovada	14/08/2019
PL 10066/2018	Institui o Programa de Fomento e de Desenvolvimento da Pequena Agroindústria Familiar e Pesqueira e estabelece outras providências.	CDEICS	Aprovada	21/08/2019
PL 10664/2018	Institui o Selo Empresa Amiga do Ciclista e dá outras providências.	CDEICS	Aprovada	17/12/2019
PL 10920/2018	Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para reduzir a burocracia e conferir tratamento isonômico entre nacionais e estrangeiros	CDEICS	Aprovada	11/12/2019
PL 10942/2018	Dispõe sobre embalagens de alimentos destinados ao público infantil.	CDEICS	Aprovada	14/08/2019
PL 11253/2018	Veda a comercialização de produtos ópticos na condição que menciona.	CDEICS	Aprovada	25/09/2019
PL 11265/2018	"Altera o Art. 3.º da Lei 13.233 de 29 de dezembro de 2015"	CDEICS	Aprovada	04/12/2019
PL 11275/2018	Altera a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 (Lei de Defesa da Concorrência), para prever novas disposições aplicáveis à repressão de infrações à ordem econômica.	CDEICS	Aprovada	21/08/2019
PL 161/2019	Disciplina a comercialização de spray de pimenta e dá providências correlatas.	CDEICS	Aprovada	14/08/2019
PL 189/2019	Acrescenta o inciso III, no artigo 1º, da Lei 11.770 de 9 de setembro de 2008, que cria o Programa Empresa Cidadã, para ampliar a estabilidade provisória gestacional.	CDEICS	Aprovada	12/06/2019

PL 216/2019	Dispõe sobre o "Food Truck" e a "Food Bike" e altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que "institui normas básicas sobre alimentos".	CDEICS	Aprovada	17/12/2019
PL 433/2019	Proíbe servir bebida a pessoas que portem armas.	CDEICS	Aprovada	20/11/2019
PL 440/2019	Acrescenta o art. 37-A à Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para exigir a presença de quantidades mínimas de matérias-primas extraídas da flora brasileira nos produtos industrializados para que os respectivos rótulos e embalagens possam mencionar a origem natural do produto.	CDEICS	Aprovada	25/09/2019
PL 632/2019	Dispõe sobre o porte, a comercialização, a fabricação e a importação de spray de pimenta (gas Oleorresina capsicum) em todo o território nacional; altera a Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento, para dispor sobre armas de incapacitação neuromuscular (armas de eletrochoque).	CDEICS	Aprovada	14/08/2019
PL 915/2019	Dispõe sobre a neutralização de emissão de gases de efeito estufa de eventos realizados às margens de represas, lagos, rios e córregos, em todo o território nacional.	CDEICS	Aprovada	25/09/2019
PL 952/2019	Determinar o regramento quanto ao limite imposto ao importador brasileiro de leite em pó sobre prazo de validade mínimo do produto.	CDEICS	Aprovada	26/06/2019
PL 1077/2019	Altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, para estabelecer prazo máximo para análise de proposta de um Processo Produtivo Básico - PPB.	CDEICS	Aprovada	30/10/2019

PL 1113/2019	Determina a proibição, em todo território nacional, da comercialização e o uso de coleiras que causem choques em animais.	CDEICS	Aprovada	29/05/2019
PL 1132/2019	Altera o parágrafo 3º do artigo 1º da Lei n. 9.826, de 23 de agosto de 1999, para prorrogar o crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI dos empreendimentos industriais instalados na região Centro-Oeste.	CDEICS	Aprovada	06/11/2019
PL 1148/2019	Dispõe sobre a posse e a comercialização de gás de pimenta e similares e dá outras providências.	CDEICS	Aprovada	14/08/2019
PL 1263/2019	Obriga a emissão do documento veicular com informações sobre o recall não realizado.	CDEICS	Aprovada	11/09/2019
PL 1514/2019	Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para dispor sobre percentual mínimo de vigilantes do sexo feminino.	CDEICS	Aprovada	30/10/2019
PL 1858/2019	Cria a Zona Franca da Indústria Calçadista, nas condições que estabelece.	CDEICS	Aprovada	25/09/2019
PL 1995/2019	Dispõe sobre o programa de compensação de Gases do Efeito Estufa em eventos realizados em área de domínio público	CDEICS	Aprovada	25/09/2019
PL 2081/2019	Altera o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, que dispõe sobre o imposto de renda, para estender às sociedades limitadas benefício tributário especial aplicável à subscrição de ações de emissão de companhias.	CDEICS	Aprovada	14/08/2019
PL 2236/2019	Altera a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, para estabelecer que o regime especial de tributação, previsto nos seus artigos 1º a 10, aplica-se inclusive às vendas das unidades imobiliárias efetuadas após a conclusão das respectivas edificações, materializada pela expedição do Habite-se.	CDEICS	Aprovada	14/08/2019

RELATÓRIO ANUAL - 2019

PL 2243/2019	Veda o envio de boleto de proposta decorrente de oferta de produto ou serviço sem a solicitação prévia do consumidor.	CDEICS	Aprovada	18/09/2019
PL 2298/2019	Estabelece a possibilidade de transferência de empregado entre empresas de um mesmo grupo econômico, dispensada a demissão, e dá outras providências.	CDEICS	Aprovada	17/12/2019
PL 2334/2019	Permite a celebração de convênios ou parcerias pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual	CDEICS	Aprovada	21/08/2019
PL 2435/2019	Institui, no calendário nacional, a Semana Global do Empreendedorismo.	CDEICS	Aprovada	25/09/2019
PL 2439/2019 (Nº Anterior: PL 4890/2009)	Altera o art. 125 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para instituir o registro de marca de alto renome a pedido de interessado.	CDEICS	Aprovada	14/08/2019
PL 2456/2019	Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação da Legislação Trabalhista - para estabelecer tratamento favorecido à empresa que observar a proporcionalidade de nacionalização do trabalho.	CDEICS	Aprovada	21/08/2019
PL 2537/2019	Obriga o aviso sobre o reconhecimento facial em estabelecimentos comerciais.	CDEICS	Aprovada	21/08/2019
PL 2563/2019	Concede benefícios tributários para produtores de alimentos orgânicos	CDEICS	Aprovada	11/12/2019
PL 2683/2019	Altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para permitir a aplicação de metas vinculadas ao desempenho de ações em prevenção de acidentes como critério ou condição para fixação dos direitos relativos à participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa.	CDEICS	Aprovada	18/09/2019

RELATÓRIO ANUAL - 2019

PL 2889/2019	Modifica o Decreto-Lei nº 857, de 11 de setembro de 1969 nos termos que especifica.	CDEICS	Aprovada	28/08/2019
PL 3083/2019	Altera os arts. 642-A e 883 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a penhora sobre o faturamento da empresa.	CDEICS	Aprovada	21/08/2019
PL 3084/2019	Altera a lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, para restringir o rol de empresas sujeitas à averbação pré-executória de bens pela Fazenda Pública	CDEICS	Aprovada	14/08/2019
PL 3372/2019	Estabelece controle na venda e comercialização de ácidos no território nacional, e dá outras providências.	CDEICS	Aprovada	30/10/2019
PL 4030/2019	Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a cláusula de não concorrência.	CDEICS	Aprovada	11/12/2019
PL 4092/2019	"Altera a redação do caput do art. 20 da lei nº 5.474 de 18 de julho de julho de 1968, visando aprimorar a lei sobre as duplicatas"	CDEICS	Aprovada	30/10/2019
PL 4262/2019	Altera a Lei 5.474, de 1968, para permitir a emissão de faturas e duplicatas sobre contratos de locação de bens móveis ou imóveis.	CDEICS	Aprovada	30/10/2019
PL 4375/2019	Reduz a zero as alíquotas da contribuição para o Pis/Pasep e da Cofins incidente sobre a receita bruta de comercialização de produtos orgânicos de que trata a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.	CDEICS	Aprovada	11/12/2019
PL 4838/2019	Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) dos imóveis rurais que se destinem à produção de alimentos orgânicos e sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre a industrialização de produtos biodegradáveis.	CDEICS	Aprovada	11/12/2019

PL 5317/2019 (Nº Anterior: PL 2281/2015)	Altera o art. 9º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, que instituiu o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS.	CDEICS	Aprovada	20/11/2019
PL 5379/2019	Dispõe sobre os direitos básicos das microempresas e empresas de pequeno porte e dá outras providências.	CDEICS	Aprovada	17/12/2019
PLP 462/2017	Cria o INOVA SIMPLES, procedimento de apoio à inovação das empresas simples de inovação.	CDEICS	Aprovada	30/10/2019
PLP 477/2018	Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para aplicar ao plano especial de recuperação judicial para microempresas e empresas de pequeno porte a previsão de regras de preferência a créditos decorrentes de obrigações contraídas pelo devedor durante a recuperação judicial e estender a quantidade máxima de parcelas a serem previstas no plano especial de recuperação judicial; e revoga o art. 191-A da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e o art. 57 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para afastar a exigência da prova de regularidade fiscal para a concessão de recuperação judicial	CDEICS	Aprovada	20/11/2019
PLP 558/2018	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e dispositivos das Leis nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, da Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, da Lei nº 5.143, de 20 de outubro de 1996, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, da Lei nº 10.668, de 14 de maio de 2003, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, da Lei nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002 e da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.	CDEICS	Aprovada	04/12/2019

PLP 97/2019	Altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, para reduzir o valor devido na forma do Simples Nacional, a título do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido, pelas microempresas e pelas empresas de pequeno porte com número maior de empregados.	CDEICS	Aprovada	21/08/2019
PLP 143/2019	Determina que os recursos destinados ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual não serão objeto de limitação de despesa.	CDEICS	Aprovada	21/08/2019
PLP 174/2019	Inclui os artigos 13-A e 13-B na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, a fim de reduzir a base de cálculo do ICMS nas saídas dos insumos agropecuários que especifica.	CDEICS	Aprovada	30/10/2019



LISTA DE EVENTOS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

DATA	TEMA	REQUERIMENTO	AUTOR
11/04/2019	A Política de Comércio Exterior do Brasil	5/2019	Zé Neto (PT/BA) e José Ricardo (PT/AM)
25/04/2019	O atraso nos repasses federais e o contingenciamento orçamentário para o financiamento habitacional popular e as consequências para a cadeia produtiva da construção civil	9/2019	Zé Neto (PT/BA), Charles Evangelista (PSL/MG) e Alexis Fonteyne (Novo/SP)
09/05/2019	Os impactos da implantação do sistema eSocial na economia brasileira	6/2019	Alexis Fonteyne (Novo/SP) e Emanuel Pinheiro Neto (PTB/MT)
15/05/2019	As perspectivas das reformas da área econômica e as propostas para retomada do crescimento	7/2019	Bosco Saraiva (Solidariedade / AM)
16/05/2019	Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária		Conjunta com as Comissões: Mista de Orçamento; de Assuntos Econômicos, de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (SF); de Finanças e Tributação e Fiscalização Financeira e Controle
23/05/2019	A transparência e os parâmetros da aplicação da multa, do art. 57 do Código de Defesa do Consumidor, ao supermercadista	17/2019	Glaustin Fokus (PSC/GO)

28/05/2019	Garantia dos direitos dos trabalhadores nas contratações de serviços terceirizados (PL nº 6.456/2016)	18/2019	José Ricardo (PT/AM)
30/05/2019	A relevância do sistema "S" e os novos desafios para 2019	16/2019	Glaustin Fokus (PSC/GO)
06/06/2019	O valor desproporcional das passagens e a escassez de destinos atendidos pelas linhas aéreas no Brasil e seus impactos econômicos	31/2019	Zé Neto (PT/BA) e Vander Loubet (PT/MS)
26/06/2019	A possível privatização ou desmobilização de armazéns e centros de distribuição da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	30/2019	Tiago Dimas (Solidariedade/TO)
27/06/2019	Os impactos da lei nº 4.886 de 1965 que "regula as atividades dos representantes comerciais" nas relações comerciais	22/2019	Alexis Fonteyne (Novo/SP)
03/07/2019	O novo projeto de desenvolvimento econômico para a região Amazônica proposto pelo Governo Federal, intitulado 'Plano Dubai'	42/2019	José Ricardo (PT/AM)
04/07/2019	Políticas de estímulo ao primeiro emprego e ao menor aprendiz	35/2019	Tiago Dimas (Solidariedade/TO) e Otaci Nascimento (Solidariedade/RR)
10/07/2019	Perspectivas do Pré-Sal	37 e 41/2019	Zé Neto (PT-BA)

15/08/2019	Aplicação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na cadeia produtiva da construção civil, com enfoque no Programa 'Minha Casa Minha Vida'	24/2019	Zé Neto (PT/BA) e Jesus Sérgio (PDT/AC)
29/08/2019	A implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos	40/2019	Guiga Peixoto (PSL/SP)
05/09/2019	Os problemas enfrentados pelos setores da cadeia produtiva do leite	50/2019	Zé Neto (PT/BA)
11/09/2019	O Sínodo da Amazônia e a relevância da Zona Franca de Manaus	63 e 66/2019	Bosco Saraiva (Solidariedade/AM)
26/09/2019	As mudanças e simplificações previstas no sistema eSocial	69/2019	Alexis Fonteyne (NOVO/SP), Otaci Nascimento (Solidariedade/RR) e Tiago Dimas (Solidariedade/TO)
02/10/2019	A tarifa de intercâmbio cobrada pelas operadoras de cartões	65/2019	Augusto Coutinho (Solidariedade/PE)
09/10/2019	A recuperação judicial, extrajudicial e falências	76 e 77/2019	Hugo Leal (PSD/RJ), Glaustin Fokus (PSC/GO), Tiago Dimas (Solidariedade/TO) e Zé Neto (PT/BA)
17/10/2019	Os próximos passos após a aprovação da MP da Liberdade Econômica	71/2019	Alexis Fonteyne (NOVO/SP)
31/10/2019	A revogação do Bloco K	43/2019	Alexis Fonteyne (NOVO/SP)

20/11/2019	Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária		Conjunta com as Comissões: Mista de Orçamento; de Assuntos Econômicos, de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (SF); de Finanças e Tributação e Fiscalização Financeira e Controle
28/11/2019	Modelo de expedição de alvará da Prefeitura de Farroupilha/RS	98/2019	Dep. Otaci Nascimento (Solidariedade/RR)
11/12/2019	Extinção do registro profissional de jornalista e publicitário	102/2019	Bosco Saraiva (Solidariedade/AM)
12/12/2019	Novo marco regulatório para produtos alimentícios artesanais	74 e 101/2019	Emanuel Pinheiro Neto (PTB/MT)

SEMINÁRIOS

DATA	TEMA	REQUERIMENTO	AUTOR
20/08/2019	Academias de Ginástica e seus impactos econômicos e sociais	10 e 59/2019	Efraim Filho (DEM/PB) e Vitor Lippi (PSDB/SP)
29/08/2019	A universalização do acesso ao saneamento	38/2019	Alexis Fonteyne (NOVO/SP)
27/11/2019	O desenvolvimento das cadeias produtivas	94/2019	Zé Neto (PT/BA) e Hugo Leal (PSD/RJ)



Espelho

TIPO AUTOR
Comissão

EMENTA
Instalação

MODALIDADE DE ENENDA
Comissão

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
10 - Orçamento Fiscal

ÁREA DE GOVERNO
09 - Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas

EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS



ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

EMENTA

1 - AERONÁUTICA (META) - PROJETO KC-X (DESENVOLVIMENTO) - CDEICS

PROGRAMA

2058 Defesa Nacional

AÇÃO

123B Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X)

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

ACRÉSCIMO DE META

Aeronave desenvolvida (% de execução física)

1

JUSTIFICATIVA

Este importante projeto compreende o desenvolvimento de duas aeronaves protótipos do KC-390 (Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas), incluído o Suporte Logístico Inicial, a fim de suprir as necessidades estratégicas e operacionais da Força Aérea Brasileira, destacando-se as ações de transporte aéreo logístico em território nacional e/ou global (tropa e carga), reabastecimento em voo, evacuação aeromédica e combate a incêndio em voo.

O desenvolvimento dessa nova aeronave posicionará o Brasil como protagonista entre os produtores de equipamentos de defesa do mundo, além de possibilitar exportações de um produto de alto valor agregado. A aeronave KC-390, importante vetor de integração nacional, será capaz de operar em pistas não pavimentadas em qualquer local do planeta, como a Antártica, a Amazônia e o Pantanal. Seus sistemas de autodefesa a tornarão menos suscetível a ameaças em ambiente hostil. Deve constituir-se em uma das mais importantes ferramentas da FAB para cumprir sua missão constitucional e prover mobilidade às Forças Armadas do Brasil, conforme estabelecido na Estratégia Nacional de Defesa.

Além das missões especificamente militares, o KC-390 permitirá ao Estado Brasileiro, por meio da FAB, promover as seguintes ações:

- Apoio a calamidades públicas no território nacional, como enchentes, desabamentos, incêndios, etc;
- Apoio e ajuda humanitária internacional a países necessitados ou que sofreram calamidades públicas;
- Apoio de material, mantimentos e transporte de pessoal para a manutenção das ações do Estado Brasileiro em regiões carentes;
- Apoio aos pelotões de fronteira, às reservas indígenas e às localidades de difícil acesso na região amazônica; e
- Apoio aos diversos órgãos do estado brasileiro, nas suas necessidades de transporte de material e pessoal, para realização de missões de rotina, inspeções, vistorias, operações, monitoramento e projetos.

Convém ponderar, ainda, que o Brasil vem adotando uma política de incremento da indústria nacional, incluindo a indústria de defesa. Dessa forma, o desenvolvimento e industrialização do KC-390 vêm atender ao fortalecimento da Base Industrial de Defesa Brasileira, em consonância com a Política de Defesa Nacional.

Para a realização deste Projeto é imprescindível que não haja quaisquer contingenciamentos nos recursos alocados, a fim de não ocasionar atrasos no desenvolvimento e na aquisição pela Força Aérea Brasileira, conforme o cronograma previsto em contrato com a EMBRAER, podendo gerar grandes prejuízos seja em função do descumprimento dos compromissos contratuais ou pela perda da "janela de



oportunidade" para exportação da aeronave, comprometendo sua capacidade de gerar divisas.

Por todo o exposto, justifica-se a proposta de inclusão da presente programação no Anexo de PRIORIDADES e METAS, a ser inserido pela CMO no PLDO-2020, o que garantirá a continuidade das ações previstas em conformidade com o cronograma físico-financeiro contratado.

AMPARO LEGAL:

Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar n° 97, de 9 de junho de 1999, alterada pelas Leis Complementares n° 117, de 2 de setembro de 2004, e n° 136, de 25 de agosto de 2010; Decreto 6.703, de 18 de dezembro de 2008; DCA 11-45 (Concepção Estratégica - Força Aérea 100), de 10 de outubro de 2018; PCA 11-47 (Plano Estratégico Militar da Aeronáutica), de 18 de dezembro de 2018 e DCA 11-118 (Diretriz de Planejamento Institucional), de 28 de janeiro de 2019.



ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

EMENTA

2 - AERONÁUTICA (TEXTO) - PROJETO KC-X (DESENVOLVIMENTO) - CDEICS

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Conissão	Aditiva	Anexo III - Inciso II Item 4

TEXTO PROPOSTO

SEÇÃO III - DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS:

Item NN. Despesas com Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Ton. - Projeto KC-X - Programa: 2058 / Ação: 123B

JUSTIFICATIVA

Este importante projeto compreende o desenvolvimento de duas aeronaves protótipos do KC-390 (Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas), incluído o Suporte Logístico Inicial, a fim de suprir as necessidades estratégicas e operacionais da Força Aérea Brasileira, destacando-se as ações de transporte aéreo logístico em território nacional e/ou global (tropa e carga), reabastecimento em voo, evacuação aeromédica e combate a incêndio em voo.

O desenvolvimento dessa nova aeronave posicionará o Brasil como protagonista entre os produtores de equipamentos de defesa do mundo, além de possibilitar exportações de um produto de alto valor agregado. A aeronave KC-390, importante vetor de integração nacional, será capaz de operar em pistas não pavimentadas em qualquer local do planeta, como a Antártica, a Amazônia e o Pantanal. Seus sistemas de autodefesa a tornarão menos suscetível a ameaças em ambiente hostil. Deve constituir-se em uma das mais importantes ferramentas da FAB para cumprir sua missão constitucional e prover mobilidade às Forças Armadas do Brasil, conforme estabelecido na Estratégia Nacional de Defesa.

Além das missões especificamente militares, o KC-390 permitirá ao Estado Brasileiro, por meio da FAB, promover as seguintes ações:

- Apoio a calamidades públicas no território nacional, como enchentes, desabamentos, incêndios, etc;
- Apoio e ajuda humanitária internacional a países necessitados ou que sofreram calamidades públicas;
- Apoio de material, mantimentos e transporte de pessoal para a manutenção das ações do Estado Brasileiro em regiões carentes;
- Apoio aos pelotões de fronteira, às reservas indígenas e às localidades de difícil acesso na região amazônica; e
- Apoio aos diversos órgãos do estado brasileiro, nas suas necessidades de transporte de material e pessoal, para realização de missões de rotina, inspeções, vistorias, operações, monitoramento e projetos.

Convém ponderar, ainda, que o Brasil vem adotando uma política de incremento da indústria nacional, incluindo a indústria de defesa. Dessa forma, o desenvolvimento e industrialização do KC-390 vêm atender ao fortalecimento da Base Industrial de Defesa Brasileira, em consonância com a Política de Defesa Nacional.

Para a realização deste Projeto é imprescindível que não haja quaisquer contingenciamentos nos recursos alocados, a fim de não ocasionar atrasos no desenvolvimento e na aquisição pela Força Aérea Brasileira, conforme o cronograma previsto em contrato com a EMBRAER, podendo gerar grandes prejuízos seja em função do descumprimento dos compromissos contratuais ou pela perda da "janela de oportunidade" para exportação da aeronave, comprometendo sua capacidade de gerar divisas.

Por todo o exposto, justifica-se a proposta de inclusão da Seção III - DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, prevista no Art. 9º, § 2º, da LEI COMPLEMENTAR nº 101, DE 2000 (LRF), a ser inserida pela CMO no Anexo III do PLDO-2020, o que garantirá a continuidade das ações previstas em conformidade com o cronograma físico-financeiro contratado.

AMPARO LEGAL:
 Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pelas Leis Complementares nº 117, de 2 de setembro de 2004, e nº 136, de 25 de agosto de 2010; Decreto 6.703, de 18 de dezembro de 2008; DCA 11-45 (Concepção Estratégica - Força Aérea 100), de 10 de outubro de 2018; PEA 11-47 (Plano Estratégico Militar da Aeronáutica), de 18 de dezembro de 2018 e DCA 11-118 (Diretriz de Planejamento Institucional), de 28 de janeiro de 2019.



ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

EMENTA

3 - CMO - Art. 72. - Inadimplência para municípios de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Comissão	Aditiva	Corpo da lei - Artigo 72

TEXTO PROPOSTO

§ A assinatura de convênios e instrumentos congêneres, como também a transferência dos respectivos recursos financeiros independerá da adimplência de municípios de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes em cadastros ou sistemas de informações financeiras, contábeis e fiscais.

JUSTIFICATIVA

Esta emenda ao PLN nº 0005/2019 (Msg. CN 0128) - LDO - tem como finalidade garantir que os pequenos municípios não sejam ainda mais penalizados casos não estejam plenamente adimplentes nos cadastros ou sistemas de informações financeiras, contábeis e fiscais da União. A crise financeira afetou em demasia as finanças desses entes, o que faz com que a não realização das transferências voluntárias seja um fardo insuportável de se carregar no caso de municípios com 50.000 (cinquenta mil) habitantes. Por essa razão, a adição dessa exceção se torna cogente.



ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

EMENTA

4 - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Peq. Empresas

PROGRAMA

2047 Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil

AÇÃO

210C Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas e Artesanato

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

ACRÉSCIMO DE META

Empresa apoiada (unidade)

20

JUSTIFICATIVA

A Presente emenda tem o objetivo de promover e desenvolver as Micros e pequenas empresas na Região Amazônica, e com isso ampliar a oferta de emprego e melhoria de vida da população local.

RELATÓRIO ANUAL - 2019



Congresso Nacional
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Lxor - Sistemas de Leis Orçamentárias
PLN 22/2019 - LOA 2020

Espelho - Emenda de Acréscimo à Despesa

TIPO AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENDA
Comissão	APROPRIAÇÃO	50150001
EMENTA		
Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.		
MODALIDADE DE EMENDA	SEQUENCIAL	
Comissão	00000912	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		
10 - Orçamento Fiscal		

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO
20 - Agricultura	572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia
PROGRAMA	
2203 - Pesquisa e Inovação Agropecuária	
AÇÃO	
20Y6 - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária	
SUBTÍTULO	
0001 - Nacional	
LOCALIDADE BENEFICIADA	
9000000 - Nacional	

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META	QTD META A ALTERAR
Pesquisa desenvolvida (unidade)	543	1
<i>em R\$ 1,00</i>		
GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	RP
4 - Investimentos	90 - Aplicações Diretas	8
		TOTAL: 16.000.000

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	ID	RP	CANCELAMENTO
00000321	100	3 - Outras Despesas Correntes	90 - Aplicações Diretas	0	2	16.000.000
						TOTAL: 16.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa destinar recursos orçamentários para aquisição de equipamentos para viabilizar a implantação de uma infraestrutura computacional de altíssimo desempenho (Data Center) na Embrapa Informática Agropecuária que apoiará a melhoria na geração de conhecimentos relevantes para a política agrícola nacional, para a política industrial e para a agroindústria brasileira, contribuindo para o desenvolvimento econômico e tecnológico do Brasil.

O Data Center terá alta capacidade para coletar, organizar e processar dados, de processá-los e analisá-los para gerar informação e conhecimento que atenda as demandas da agricultura do futuro, e agricultura 4.0, que se caracteriza por uma agricultura conectada, baseada em conteúdo digital e tecnologia de ponta.

Também permitirá a oferta de três tipos de serviços: infraestrutura, plataforma e software. No serviço de infraestrutura as instituições parceiras públicas e privadas da Embrapa poderão utilizar os serviços de gestão de grandes volumes de dados incluindo armazenamento, processamento de alto desempenho, capacidade de memória e serviços de backup dos dados gerados em suas pesquisas. No serviço de software será possível ter acesso a várias aplicações desenvolvidas pela Embrapa como, por exemplo, o Agritempo - Sistema de Monitoramento Agrometeorológico, Webagrítec - Sistema de Planejamento e Monitoramento Agrícola, Satveg - Sistema de Análise Temporal da Vegetação. No serviço plataforma, a Embrapa já está disponibilizando uma ferramenta pioneira no Brasil para atender ao mercado de tecnologias em agroindústria e agricultura digital denominada plataforma AgroAPI. A AgroAPI permite ofertar informações e modelos que poderão ser utilizados por empresas e startups para a criação de softwares, sistemas web e aplicativos móveis para a agroindústria e a agropecuária. A tecnologia também permite a interface com dispositivos móveis e equipamentos embarcados que possam surgir com o crescimento da Internet das Coisas, sendo fundamental para a transformação digital no campo e para a indústria 4.0. Por meio da plataforma AgroAPI será possível criar um Hub AgroDigital com foco e atuação em inovação aberta por meio de uma rede de oferta e demanda de serviços compartilhados que irá beneficiar agentes econômicos públicos e privados vinculados ao desenvolvimento de políticas agrícola e agroindustrial.

Autor(a): 5015 - Com. Des. Econômico, Ind. e Comércio

Ateração: 15/10/2019 09:19:07:52h

RELATÓRIO ANUAL - 2019



Congresso Nacional
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias
PLN 22/2019 - LOA 2020

Espelho - Emenda de Inclusão de Despesa

TIPO AUTOR Comissão	TIPO DE EMENDA APROPRIAÇÃO	EMENDA 50150002
EMENTA Instalação e Operação de Zonas de Processamento de Exportação - ZPE		
MODALIDADE DE EMENDA Comissão		
ESFERA ORÇAMENTÁRIA 10 - Orçamento Fiscal		
AREA DE GOVERNO 09 - Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas		
MODALIDADE DE INTERVENÇÃO 990 - Atípica / Outras	TIPO DE REALIZAÇÃO 500 - ** ATÍPICO (Não Previsto no Sistema)	

ACRÉSCIMOS A PROGRAMAÇÃO

ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO 99000 - Órgão Genérico Geratriz	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 99916 - UO Genérica Geratriz - A.Gov. 09- Desenv.Ind.Com.
---	--

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 98.998.999X.9999.	SUBFUNÇÃO 998 - Atípica
FUNÇÃO 98 - Atípica	PROGRAMA 999X - Atípico
PROGRAMA 999X - Atípico	AÇÃO 9999 - Ação Atípica
AÇÃO 9999 - Ação Atípica	SUBTÍTULO - Instalação e Operação de Zonas de Processamento de Exportação - ZPE - Nacional
SUBTÍTULO - Instalação e Operação de Zonas de Processamento de Exportação - ZPE - Nacional	LOCALIDADE BENEFICIADA 9000000 - Nacional
LOCALIDADE BENEFICIADA 9000000 - Nacional	COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA Unidade construída/ ampliada (: unidade)	META 0	QTD META A ALTERAR 5.000
--	-----------	-----------------------------

AÇÃO ATÍPICA

NOME Ação Atípica - Instalação e Operação de Zonas de Processamento de Exportação - ZPE - Nacional	
PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA Unidade construída/ ampliada (: unidade)	
TIPO DA AÇÃO Projeto	
INÍCIO DA AÇÃO 03/2020	TÉRMINO DA AÇÃO 03/2021
CUSTO TOTAL (R\$) 100000000	META TOTAL

GND		MODALIDADE DE APLICAÇÃO	RP	em R\$ 1,00 ACRÉSCIMO
3	Outras Despesas Correntes	90 Aplicações Diretas	6	100.000.000
			TOTAL:	100.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS				em R\$ 1,00		
SEQUENCIAL	FONTE	GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	ID	RP	CANCELAMENTO
000003149	188	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	100.000.000
				TOTAL:		100.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa fomentar a instalação e operação de Zonas de Processamento de Exportação - ZPE, áreas que se caracterizam como áreas industriais preponderantemente exportadoras sob controle alfandegado. As empresas com projetos industriais amparados pelo regime brasileiro de ZPE contam, originalmente, com benefícios tributários, administrativos e cambiais; bem como possuem uma segurança jurídica de longo prazo para realização de suas operações, haja vista que tais benefícios são assegurados por um período de até 20 (vinte) anos, prorrogáveis por igual período no caso de investimentos de grande vulto que exijam longos prazos de amortização.



Congresso Nacional
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Lexus - Sistemas de Leis Orçamentárias
PLN 22/2019 - LOA 2020

Espelho - Emenda de Acréscimo à Despesa

JUSTIFICATIVA

O Data Center também fornece infraestrutura computacional para a implementação de relevantes políticas públicas nacionais voltadas para o desenvolvimento e inovação em atividades agrícolas e agroindustriais tais como o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), o Plano Agricultura Baixo Carbono (Plano ABC), o Programa Nacional de Solos do Brasil (PronaSolos) e a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio). O grande volume de dados e informações processados no Data Center - tais como nas áreas de geotecnologia e modelagem agroambiental - também fornece subsídios para a concessão de registros de indicação geográfica que se constitui um relevante ativo de propriedade industrial para agregação de valor a produtos e serviços agrícolas e agroindustriais fomentando a concorrência.

A implantação de infraestrutura computacional de altíssimo desempenho (Data Center) viabilizará a consolidação da Agricultura Digital no Brasil que aporta relevante contribuição para o agronegócio brasileiro. Este portentoso setor econômico representa 25% do PIB nacional, é responsável pelo saldo positivo da balança comercial, fomenta o desenvolvimento econômico e tecnológico para o País e fortalece a competitividade do agronegócio brasileiro nos acirrados mercados interno e externo no ambiente de concorrência capitalista.

RELATÓRIO ANUAL - 2019



Congresso Nacional
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias
PLN 22/2019 - LOA 2020

Espelho - Emenda de Acréscimo à Despesa

TIPO AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENDA
Comissão	APROPRIAÇÃO	50150003

EMENTA
Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato

MODALIDADE DE EMENDA	SEQUENCIAL
Comissão	000001130

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
10 - Orçamento Fiscal

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
25000 - Ministério da Economia	25101 - Ministério da Economia - Administração Direta

FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	23.691.2212.210C.0001
---------------------	-----------------------

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO
23 - Comércio e Serviços	691 - Promoção Comercial

PROGRAMA
2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade

AÇÃO
210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato

SUBTÍTULO
0001 - Nacional

LOCALIDADE BENEFICIADA
9000000 - Nacional

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META	QTD META A ALTERAR
Empresa apoiada (unidade)	600	100.000

GND		MODALIDADE DE APLICAÇÃO		RP	em R\$ 1,00
					ACRÉSCIMO
3	Outras Despesas Correntes	30	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	8	100.000.000
3	Outras Despesas Correntes	90	Aplicações Diretas	8	50.000.000
4	Investimentos	90	Aplicações Diretas	8	50.000.000
TOTAL:					200.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATORIOS				em R\$ 1,00		
SEQUENCIAL	FUNTE	GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	ID	RP	CANCELAMENTO
000003021	100	3	Outras Despesas Correntes	90	Aplicações Diretas	200.000.000
TOTAL:					200.000.000	

JUSTIFICATIVA

A PRESENTE EMENDA TEM POR FINALIDADE AMPLIAR O MONTANTE DE RECURSOS DA AÇÃO 201C COM VISTAS A EXECUTAR ATIVIDADES DE APOIO E DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS, IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS E APLICATIVOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO DOS ARTESÕES, MICRO-EMPRESAS, EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E POTENCIAIS, ASSESSORAMENTO, ORIENTAÇÃO, FORMULAÇÃO E COORDENAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, VISANDO O FORTALECIMENTO E EXPANSÃO DESSES SEGMENTOS.

A presente emenda visa fomentar a execução de atividades de apoio e de incentivo ao desenvolvimento de projetos; implantação de sistemas e aplicativos de tecnologia da informação; qualificação dos artesãos, micro e pequenas empresas, empreendedores individuais e potenciais; assessoramento, orientação, formulação e coordenação da política nacional de desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte, visando o fortalecimento e expansão desses segmentos.

RELATÓRIO ANUAL - 2019



Congresso Nacional
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias
PLN 22/2019 - LOA 2020

Espelho - Emenda de Acréscimo à Despesa

TIPO AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENDA
Comissão	APROPRIAÇÃO	50150001
EMENDA		
Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.		
MODALIDADE DE EMENDA	SEQUENCIAL	
Comissão	00000912	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		
10 - Orçamento Fiscal		

ACRÉSCIMOS A PROGRAMAÇÃO

ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
22200 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA **20.572.2203.20Y6.0001**

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO
20 - Agricultura	572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia
PROGRAMA	
2203 - Pesquisa e Inovação Agropecuária	
AÇÃO	
20Y6 - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária	
SUBTÍTULO	
0001 - Nacional	
LOCALIDADE BENEFICIADA	
9000000 - Nacional	

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META	QTD META A ALTERAR
Pesquisa desenvolvida (unidade)	643	1

GND		MODALIDADE DE APLICAÇÃO	RP	em R\$ 1,00	ACRÉSCIMO
4	Investimentos	90 Aplicações Diretas	8		16.000.000
TOTAL:					16.000.000

SEQUENCIAL	FUNTE	GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	ID	RP	em R\$ 1,00	CANCELAMENTO
000003021	100	3 Outras Despesas Correntes	90 Aplicações Diretas	0	2		16.000.000
TOTAL:							16.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa destinar recursos orçamentários para aquisição de equipamentos para viabilizar a implantação de uma infraestrutura computacional de altíssimo desempenho (Data Center) na Embrapa Informática Agropecuária que apoiará a melhoria na geração de conhecimentos relevantes para a política agrícola nacional, para a política industrial e para a agroindústria brasileira, contribuindo para o desenvolvimento econômico e tecnológico do Brasil.

O Data Center terá alta capacidade para coletar, organizar e processar dados, de processá-los e analisá-los para gerar informação e conhecimento que atenda as demandas da agricultura do futuro, a agricultura 4.0, que se caracteriza por uma agricultura conectada, baseada em conteúdo digital e tecnologia de ponta.

Também permitirá a oferta de três tipos de serviços: infraestrutura, plataforma e software. No serviço de infraestrutura as instituições parceiras públicas e privadas da Embrapa poderão utilizar os serviços de gestão de grandes volumes de dados incluindo armazenamento, processamento de alto desempenho, capacidade de memória e serviços de backup dos dados gerados em suas pesquisas. No serviço de software será possível ter acesso a várias aplicações desenvolvidas pela Embrapa como, por exemplo, o Agritempo - Sistema de Monitoramento Agrometeorológico, Webagritec - Sistema de Planejamento e Monitoramento Agrícola, Satveg - Sistema de Análise Temporal da Vegetação. No serviço plataforma, a Embrapa já está disponibilizando uma ferramenta pioneira no Brasil para atender ao mercado de tecnologias em agroindústria e agricultura digital denominada plataforma AgroAPI. A AgroAPI permite ofertar informações e modelos que poderão ser utilizados por empresas e startups para a criação de softwares, sistemas web e aplicativos móveis para a agroindústria e a agropecuária. A tecnologia também permite a interface com dispositivos móveis e equipamentos embarcados que possam surgir com o crescimento da Internet das Coisas, sendo fundamental para a transformação digital no campo e para a indústria 4.0. Por meio da plataforma AgroAPI será possível criar um Hub AgroDigital com foco e atuação em inovação aberta por meio de uma rede de oferta e demanda de serviços compartilhados que irá beneficiar agentes econômicos públicos e privados vinculados ao desenvolvimento de políticas agrícola e agroindustrial.



Congresso Nacional
 Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
 Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias
 PLN 21/2019 - PPA 2020-2023

Espelho de Emenda de Programa

TIPO AUTOR	Comissão	EMENDA 50150001
EMENTA	Apoio a indústria de Produção de Alimentos (Aqüicultura)	
PROGRAMA	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	
Tipo:	Finalístico	
PROGRAMA - NOME PROPOSTO	Apoio a indústria de Produção de Alimentos (Aqüicultura)	
PROGRAMA DESMEMBRADO	-	
ÓRGÃO RESPONSÁVEL (PL)	53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional	
ÓRGÃO PROPOSTO	-	

Valores Globais:

Esfera	Valor 2021 - 2023 (R\$)
	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	10.800.000.000
- Despesas Correntes	800.000.000
- Despesas de Capital	10.000.000.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0
Recursos Extraorçamentários	0
- Outras Fontes	0
- Gastos Tributários	0
Valores Globais	Total Proposto 2021 - 2023 10.800.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa incrementar o orçamento público para o Desenvolvimento Regional em especial para a Indústria de Alimentos com base na aqüicultura



Congresso Nacional
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias
PLN 21/2019 - PPA 2020-2023

Espelho de Emenda de Programa

TIPO AUTOR	EMENDA
Comissão	50150002
EMENTA	
Apoio à Ciência, Tecnologia e Pesquisa da Biodiversidade da Amazônia	
PROGRAMA	
2208 - Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável	
Tipo: Finalístico	
PROGRAMA - NOME PROPOSTO	
Apoio à Ciência, Tecnologia e Pesquisa da Biodiversidade da Amazônia	
PROGRAMA DESMEMBRADO	
-	
ÓRGÃO RESPONSÁVEL (PL)	
24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	
ÓRGÃO PROPOSTO	
-	

Valores Globais:

Esfera	Valor 2021 - 2023 (R\$)
	Proposto
Orçamento Fiscal de Seguridade Social	6.000.000.000
- Despesas Correntes	5.000.000.000
- Despesas de Capital	1.000.000.000
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0
Recursos Extraorçamentários	0
- Outras Fontes	0
- Gastos Tributários	0
Valores Globais	Total Proposto 2021 - 2023
	6.000.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa recompor o orçamento público para a Ciência, Tecnologia e Pesquisa da Biodiversidade da Amazônia



QUEM
SOMOS

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Serviços (CDEICS)

Secretária-Executiva:

**Giovanna Francesca Mascarenhas
Puricelli**

Estagiária:

Milena Santana

Assessores:

Andressa Paranhos Guimarães

Jorge José Alves

Michelle da Costa Portela

Renata Araújo Rodrigues de Amorim

Sandra Cristina Telles Vieira

Ziziane César de França e Silva

Pró-adolescentes:

Isabelle Borges da Silva

Tamires Maciel da Silva

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço (Cdeics)

Palácio do Congresso Nacional – Praça dos Três Poderes

Anexo II, Pav. Térreo - Ala A, sala 33 CEP 70160-900 – Brasília/DF

Telefones: (61) 3216-6601/6602 Email: cdeic@camara.leg.br



CDEICS

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS